



Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

Relatório de Estágio

Cidadania da Infância: A participação da criança no contexto educativo (JI e 1ºCEB) e na família

Unidade curricular: Prática de Ensino Supervisionada em Educação Pré-Escolar I, II, III e IV

Orientadora: Doutora Gabriela de Pina Trevisan

Estudante: Joana Alexandra de Sousa Azevedo

Porto

Junho, 2018

Estas Crianças Aqui

As crianças são o Tempo-a-Haver

Sua primeira presença no mundo é de grito e protesto.

Depois, tentam adaptar-se e isso implica uma luta heroica e anónima que os adultos ignoram e fingem.

Alimentam a esperança dos homens, mas elas próprias são o espelho da solidão.

Em seus olhos enormes e atentos, uma Criança contempla o mundo e não o entende. Ouve palavras, muitas palavras, mas as palavras são flechas que perturbam o sonho, os jogos de imaginação em que se refugia para sobreviver. Tudo nelas é inicial e puro: o riso e a violência; o sonho e as lágrimas. Projetadas para o alto, são como estrelas cadentes. Voam de encontro ao Sol e nele se confundem com flores e vento.

Sabem o sentido exato da Amizade. E confiam. E esperam.

Conhecem a dor e a alegria e refletem-nas sem disfarces nos gestos e nos olhos.

Não guardam rancor e esquecem voluntariamente o significado dos gestos mais dolorosos.

São assim. Quase todos o sabemos. E, no entanto, aos poucos vamos destruindo o que era primário e puro; vamos adaptando às nossas mentiras as suas verdades implacáveis; acomodamos ao nosso egoísmo sua liberdade e seus pensamentos mais claros. A isso, quase sempre, chamamos educação.

Uma criança espera sobre o mundo.

Que os Homens, por alguns momentos em cada dia, suspendam seus programas mais urgentes e pensem na Criança que espera. E lhe garantam a escola. O pão. O desporto. A casa. A segurança. Uma comunidade que a integre e faça da sua disponibilidade uma arma voltada para o futuro.

Que se lhe garanta a Paz.

E que o Homem se envergonhe de ainda haver, sobre a abundância desnecessária de tantos, a sombra de milhares de crianças que que sucumbem de fome e doença, sem um vislumbre de solução imediata.

Que nós nos envergonhemos.

Que os Direitos da Criança sejam, mais que nas paredes, e nos cinemas, e nos cartazes, reinscritos no coração do Homem e cumpridos pelos poderosos da Terra.

Que a Criança sorria ao Futuro.

Que o Mundo lhe conserve a Alegria e a Abundância.

Neste Ano Internacional.

E para sempre.

Maria Rosa Colaço, 1979

Resumo

O presente relatório de estágio, realizado no âmbito do Mestrado de Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, apresenta um trabalho investigativo envolvendo duas instituições educativas: uma de Educação Pré-Escolar situada no distrito de Braga e uma de 1º Ciclo do Ensino Básico, situada no distrito do Porto.

Neste estudo participaram 27 encarregados de educação do Pré-Escolar, a educadora e as crianças. No que concerne ao 1º Ciclo do Ensino Básico participaram 20 alunos.

A temática da cidadania da infância, a importância da participação da criança no contexto educativo e na família, bem como da família na escola, tem sido o enfoque de vários investigadores, mostrando-se que esta relação traz benefícios para o desenvolvimento da criança. Assim, nos dois contextos de ensino supervisionados tentou-se perceber de que forma são vistos, pelos agentes educativos, os benefícios da participação no desenvolvimento da criança. Optou-se então por uma metodologia mista, de natureza quantitativa e qualitativa. À educadora colocou-se uma entrevista. Aos encarregados de educação do pré-escolar e aos alunos do 1º CEB um inquérito por questionário. Para lá destes instrumentos mobilizaram-se registos de observação da prática, bem como atividades do estágio.

Desta forma, através dos resultados obtidos foi possível constatar que há conexão entre a componente teórica e a componente prática da investigação, na qual se verifica que todos os agentes educativos valorizam a importância da participação que é estabelecida entre as crianças, instituições e as famílias, e que existe entre os profissionais de educação e os Encarregados de Educação, uma perceção de que a participação da criança é importante.

Palavras-chave: Participação; Criança; Pré-Escolar; 1º Ciclo do Ensino Básico; Família.

Abstract

This internship report, carried out within the Master's Degree Program in Pre-school and primary Education, presents an investigative work involving two institutions directed to Pre-School Education located in the district of Braga and the 1st Cycle of Basic Education, situated in the district of Porto.

In this study 27 pre-school teachers, the educator and the children participated. With regard to 1st year of Basic Education, 20 students participated.

The issue of childhood citizenship, the importance of children's participation in the educational context and in the family, as well as the family at school, has been the focus of several researchers, showing that this relationship brings benefits to the development of the child. Thus, in the two contexts of supervised teaching, we tried to understand how the educational agents see the benefits of participation in the development of the child. We then chose a mixed methodology, of a quantitative and qualitative nature. The teacher was interviewed. A questionnaire survey was sent to the pre-schoolers and students of the 1st CEB.

Thus, through the results obtained, it was possible to verify that there is a connection between the theoretical component and the practical component of the research, in which it is verified that all educational agents value the importance of participation that is established among children, institutions and families. That there exists between education professionals and those in charge of education a perception that the participation of the child is important.

Keywords: Participation; Child; Pre-school; 1st Cycle of Basic Education; Family.

Agradecimentos

Ao João, independentemente de tudo o que a vida nos possa reservar, ficar-te-ei eternamente grata.

À minha irmã Patrícia, qualquer que seja a palavra escrita ou dita, nunca vai conseguir transmitir o que sinto. Por ter acreditado em mim, por estar sempre comigo, por me dar força, por me dar inspiração, por me ensinar a lutar, por me ensinar a não desistir, por me proteger, por me encher o coração de paz quando diz que tem orgulho em mim e que vou conseguir. Por me ensinar que é possível realizar sonhos.

Aos meus pais, Almerindo e Alexandrina. As revoltas que me causaram, começo a perceber agora que me prepararam para “enfrentar” tudo na vida. Sou mais forte e persistente. Eu sei, que ninguém me quer mais bem do que vós.

À minha orientadora, Doutora Gabriela Trevisan, quem admiro. Sem ela este trabalho não era possível. Por em cada orientação me iluminar com tanta sabedoria e generosidade.

À minha avó, Cândida. Quem me criou. Guardo para sempre os tempos em que me deixava ir para o quarto de costura com os meus primos, onde eu fingia ser a professora deles. Já nesses tempos adivinhava os meus sonhos.

Ao meu avô, Mário. Por me lembrar de olhar o céu, respirar fundo e saber que apesar de tudo o que possa acontecer, vai estar ali, sempre para me guiar no caminho, e me fazer lembrar o quão boa a vida é. Tão boa como aquele gelado de laranja no verão.

À Dicas, a minha melhor amiga, pela infância tão feliz e tão intensa que partilhamos, quero continuar a poder recordar tudo contigo.

À Paula, ao Arlindo e à Bia, que são como uma segunda família e que me apoiaram sempre.

À minha companheira e amiga de mestrado, Ana Cardoso, que me ensinou a ser cada vez mais boa pessoa. Por me ouvir vezes sem fim.

À Irene, ao Chip, à Bela, à Jé, ao Toninho, ao Adriano, à Taninha por reclamarem o meu afastamento e mesmo assim estavam lá quando precisava.

Às minhas amigas das ESEPF, a Ana Coelho, a Maria, Marcela, com quem partilhei uma das melhores experiências da minha vida ao ir de Erasmus. A Cate, a Bruna, a Adriana, a Letícia que me fizeram acreditar que a faculdade dá mesmo amigos.

À Margarida, à Beta e à Andreia que me receberam de braços abertos, e me ensinaram a ser melhor profissional. Por me convidarem a trabalhar com vocês, espero fazê-lo por muitos anos.

Ao professor Paulo, por ter sempre um defeito a apontar, o que fazia com que eu quisesse fazer mais e melhor. À professora Ana pelas doces palavras a cada aula que lecionava.

A todas as crianças que estiveram envolvidas ao longo deste percurso, sempre as mais puras e sinceras, guardo um bocadinho de todas.

Aos meus professores inspiração da ESEPF, Isabel Cláudia, Brigitte Silva, João Gouveia e Daniela Gonçalves.

Ao meu Deus.

Índice

Introdução	11
Motivação.....	13
PARTE I- Fundamentação Teórica.....	15
1.Cidadania da infância	15
2.Direitos das crianças: o direito de participação.....	17
3.Criança-Família-Jardim de Infância-Escola-Participação: Análise dos principais contributos.....	22
4.Princípios educativos de JI e 1º ciclo.....	25
4.1.Objetivos da Educação/Lei de Bases e perfil do educador de infância/professor de 1º ciclo.....	26
4.2.A participação das crianças e alunos nos contextos educativos: balanço das possibilidades e obstáculos	31
PARTE II- CONTEXTO EDUCATIVO	33
Pré-Escolar.....	33
Caraterização da Instituição A	33
Caraterização do grupo JI	35
1º Ciclo do Ensino Básico	37
Caraterização da Instituição B	37
Caraterização do grupo 1ºCEB.....	40
PARTE III- METODOLOGIA	41
Contexto de Pré-Escolar	42
Contexto de 1ºCEB.....	48
Parte IV- Conclusão.....	54
Bibliografia	58
Anexos.....	63

Índice de anexos

Anexo 1- Rotinas no JI

Anexo 2- Imagens do 1ºCEB

Anexo 3- Entrevista à Educadora

Anexo 4- Inquérito por Questionário aos Pais de JI

Anexo 5- Projeto da Sala Amarela

Anexo 6- Opinião das Crianças

Anexo 7- Inquérito por questionário aos alunos de 1ºCEB

Anexo 8-Guião da Entrevista ao Professor Titular

Anexo 9-Grelha de Observação de Reunião de Pais

Lista de acrónimos e siglas

1ºCEB- 1º Ciclo do Ensino Básico

CDC- Convenção sobre os Direitos das Crianças

ESEPF – Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Jl- Jardim de Infancia

ME- Ministério da Educação

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PE – Projeto Educativo

RI – Regulamento Interno

Introdução

O presente relatório foi realizado no âmbito das unidades Curriculares de Prática de Ensino Supervisionada I, II, III e IV, inseridas no 1º e 2º ano do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino de 1º Ciclo do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, sob orientação da Doutora Gabriela Trevisan, e reflete a importância da participação da criança, em instituições educativas.

O tema de investigação centra-se na cidadania de infância e na importância da participação da criança em diferentes contextos de vida – formais e informais – como é o caso da família e do Jardim de Infância (JI)/escola de 1º Ciclo do Ensino Básico (1ºCEB). Esta temática tem despertado o interesse de diferentes áreas do saber, como historiadores, políticos, filósofos, pedagogos, psicólogos, educadores, professores, promovendo um espaço de amplo debate e análise da vida pública com conclusões raramente consensuais.

Assim, considera-se este tema aliciante, por ser bastante pertinente e atual, e por acreditar nas vantagens que as parcerias JI/ escolas-famílias podem trazer para o pleno desenvolvimento das crianças. Desta forma, pretendeu-se aprofundar o tema, tentando perceber de que modo as instituições em que decorreram as práticas de ensino supervisionadas, potenciam a participação das crianças e das famílias no seu processo de desenvolvimento.

Para que a prática da cidadania seja uma realidade em diferentes contextos, fundamentalmente, os educadores e professores, devem criar espaços e oportunidades participação para que todas as crianças sejam consideradas como cidadãos livres, autónomos e responsáveis. Ou seja, as crianças devem ser realmente membros ativos de uma sociedade democrática.

Este trabalho inicia-se com um enquadramento teórico, onde se procura sustentar a reflexão crítica do tema. Seguidamente, efetua-se a caracterização dos dois contextos educativos onde decorreu a prática pedagógica de pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico. A prática de ensino supervisionada em jardim de infância foi realizada com um grupo de crianças de 4/5 anos, na instituição A, no distrito de Braga, uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), cuja missão central “é afirmar os direitos e responder às necessidades das crianças, das pessoas seniores e das suas famílias, geradas pelas mudanças na sociedade, criando e oferecendo serviços que correspondam às novas realidades sociais, com base numa visão esclarecida e humanista” (Projeto Educativo, 2016/2019, p.3). A prática de ensino supervisionada em 1º ciclo do ensino básico, foi realizada com um grupo de crianças com 9/10 anos, que frequentavam o 4º ano do 1º CEB, na instituição B, situada no distrito do Porto, uma instituição privada, com três focos centrais de ação: Liberdade, Responsabilidade e Solidariedade; “Aqui construímos uma Escola Nova, capaz de criar compromissos, para que cada indivíduo consiga desenvolver

um projeto claro de vida, para se tornar plenamente Pessoa, comprometendo-se com a sociedade, tornando-se assim um cidadão participativo e com consciência crítica”(Projeto Curricular, 2015/2018, p.1).

Na terceira parte, justificam-se as opções metodológicas, assumindo-se o trabalho como enquadrado num estudo de investigação misto, a partir da análise de duas realidades distintas. Esta deve ser encarada de forma abrangente. Para Johnson, (2007), “pode incluir estratégias de recolha de dados (questionários, entrevistas, observações), métodos de investigação (experiências, etnografia) e questões filosóficas adjacentes (ontologia, epistemologia). Utilizar o termo "Investigação Mista" tem a vantagem de não se reduzir a sua aplicação apenas aos métodos, mas também aos tipos de dados recolhidos, por exemplo” (p.112)

Por último, analisam-se e discutem-se os dados recolhidos em contexto de pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico, partindo-se para as considerações finais, onde se procura dar resposta às questões lançadas no início da investigação.

Motivação

Desde muito cedo, temas relacionados com a liberdade, participação, igualdade, justiça, temas que englobam a cidadania têm suscitado um forte interesse para querer perceber, saber, descobrir e fazer mais sobre o que se rodeia. Ao longo da minha vida e ao longo do meu percurso escolar/académico, e pelas observações feitas nos contextos educativos, foi possível verificar que há efetivamente, muitas circunstâncias que precisam de ser repensadas, nomeadamente na educação sobre a cidadania da infância. É importante observar, escutar e preocupar-nos com o papel da criança. A pessoa que nos tornamos em adultos, tem interferência com o que é vivido e experienciado no passado, especialmente, na infância.

A principal questão que se coloca neste trabalho de investigação é: Qual a importância da participação da criança no contexto educativo de educação pré-escolar e 1º CEB e na família? Do mesmo modo, e como questão secundária, pretende perceber-se o papel da família nos contextos educativos das crianças.

No contexto de pré-escolar e 1º CEB, tem-se verificado uma forte preocupação pela busca de melhorias na qualidade de ensino, sendo uma constante do debate educacional hoje, independentemente dos pressupostos ideológicos em que se baseiam. Todos querem uma educação de qualidade. No entanto, a realidade quotidiana de educadoras/es professoras/es e crianças aponta outra direção. A crise da escola e dos profissionais da educação afunda-se adquirindo, em muitos casos, uma configuração dramática. (Candau et al., 1998, p.11)

Desta forma, a convicção de que os primeiros anos de escolarização são fundamentais para a formação de todo/a cidadão/ã e constituem a base para qualquer desenvolvimento posterior no plano intelectual, social, cultural, afetivo e ético, sendo uma conquista da reflexão, da pesquisa e da prática. O desafio está em sermos capazes de favorecer uma dinâmica no campo educativo comprometida com o fortalecimento da democracia e da cidadania.

“Hoje, o movimento de melhoramento educativo e curricular promovido por diferentes organismos nacionais e internacionais perpassa todo o continente e incorpora, a partir da lógica e dos interesses do neoliberal o discurso sobre uma escola de qualidade, assim como a preocupação por uma educação para a democracia e os direitos humanos”. (Candau et al., 1998 p.12)

Nesse contexto, há necessidade de refletir sobre os diferentes discursos sobre a temática e explicitar em que perspetiva da educação em direitos humanos ela se apresenta com um dos eixos mobilizadores de uma proposta alternativa.

Como futura profissional de educação em pré-escolar e 1º Ciclo, considero importante para a criança a oportunidade de ter voz e assinalar no seu próprio desenvolvimento indicando o que

prefere ou do que tem mais dificuldades, ou como pensa que pode melhorar o meio que a envolve, é muito relevante.

A criança, ao participar, muda o desenrolar dos momentos e das ações, impõe a sua opinião e motivações, colocando o melhor de si no que faz. A tarefa do educador e professor é de mediador e auxiliar, desafiando sempre a criança no grande processo do seu autoconhecimento. A definição constante do seu itinerário de aprendizagem concede à criança um protagonismo nesta ação de ensino-aprendizagem que irá aumentar a sua autoestima (Silva e Craveiro, 2014, p.36-37).

Os adultos assumem o papel decisivo na determinação das condições de vida das crianças, não apenas por ser nesta geração que se encontram os detentores do poder político e social, mas também porque eles marcam a infância pela adoção de processos de administração simbólica das crianças. (Sarmiento, 2004, p.584)

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990, considera que importa preparar plenamente a criança para viver individualmente na sociedade e ser educada num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade e solidariedade. (ONU, 1989, p.4). Também considera, no artigo 12º, o direito à participação: 1. Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade. 2. Para este fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja directamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional. (p.10)

Desta forma, acredita-se que a relação de participação da criança nos contextos educativos e na família é crucial para o seu pleno desenvolvimento, assim como a das famílias no contexto educativo.

Logo, os profissionais de educação e famílias têm um papel ativo na educação das crianças, pois “esse papel e as regras que o regem precisam de ser negociadas, discutidas e construídas por todos os intervenientes”. (Sarmiento e Marques, 2002, p.47).

Sarmiento (2005), também afirma, que a análise da participação das crianças e suas articulações com as instituições para a infância, especialmente a escola e família, é atualmente um dos temas mais expressivos nos estudos educacionais e sociológicos da infância. (p.31)

PARTE I- Fundamentação Teórica

Nesta primeira parte procura-se apresentar diferentes perspetivas teóricas, nomeadamente nos desafios inerentes à educação. Pretende-se, desta forma, apresentar sustentação teórica da prática que foi desenvolvida e pensada durante os estágios em educação de infância e em 1º Ciclo do Ensino Básico.

1. Cidadania da infância

Em sociedades democráticas fortemente marcadas por assimetrias e fenómenos de globalização, e associado aos discursos de um exercício enfraquecido de direitos de cidadania – e, por isso, de direitos políticos – as reconfigurações da cidadania encontram-se no centro do debate. (Trevisan, 2014, p.2)

A Constituição da república Portuguesa não define o conceito de “cidadania”, mas este pode ser considerado o “direito a ter direitos e deveres”. Ou seja, é isto que nos torna cidadãos de Portugal e é o que nos permite ter os direitos, mas também os deveres, que estão consagrados na lei.

No que respeita aos direitos e deveres fundamentais de todos os cidadãos portugueses, no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, o princípio da igualdade pode ler-se: “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.” e, ainda nesse mesmo artigo, “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.” (CRP, 1976)

Existem vários autores que estudam a cidadania da infância como “o efeito conjugado da mudança paradigmática na conceção de infância, da construção de uma conceção jurídica renovada, expressa sobretudo na Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, e do processo societal de ampliação das formas de cidadania, a partir de uma ação assertiva e contra-hegemónica, onde têm lugar nomeadamente agentes e organizações não governamentais (ONGs) centradas na infância (Sarmiento, Fernandes Tomás, 2007, p.189).

Sarmiento (2011) diz que a infância é um grupo social, do tipo geracional, permanente. Este grupo geracional é constituído por crianças e sofre a renovação contínua inerente ao nascimento e ao crescimento dos seres humanos. (...). Há elementos comuns que caracterizam todas as crianças e possibilitam a consideração desta realidade social coletiva distinta, a infância: a peculiar situação de vulnerabilidade e dependência social, económica e jurídica dos seus

membros; a ausência de direitos cívicos e políticos formais; o conjunto de concepções socialmente produzidas que, sendo heteróclitas e contraditórias, têm o poder de referenciar distintivamente o que é ser criança. (p.584)

Uma questão prévia que se põe sobre o conceito de criança adotado pela Convenção dos Direitos da Criança, é o facto de estarmos perante uma definição que procura ser abrangente, ou seja, aplicável ao maior número de casos possíveis, tomando como limite superior a idade dos dezoito anos, onde comumente se atinge a maioridade legal. (Formosinho, 2004, p. 31)

Segundo o artigo 1º da Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo. (ONU, 1989, p.6). Esta é a opção assumida no Artigo 1º e que depois também é assumida pela Carta Europeia no n.º 8.1. O limite da condição de criança é definido não tanto pela maturidade psicológica como pela maioridade legal e por isso as mesmas declarações admitem uma idade inferior no caso da legislação nacional. Até essa idade a criança está protegida por uma legislação especial que a diferencia do adulto. (Formosinho, 2004, p.33)

Na Carta Europeia, para efeitos penais, considerar-se-á a idade de 18 anos como idade mínima para que se possam ser-lhe exigidas as respetivas responsabilidades (8.1.).

Sarmento (2004) faz notar que, no primeiro caso, temos a "significação explícita" da expressão "ofício de criança" e onde se vislumbra sua raiz funcionalista: as crianças são construídas como seres sociais pelas atividades e funções que lhes são socialmente atribuídas.

Marchi (2010) diz que ser criança é desempenhar ou exercer o papel social que é atribuído a todos os que estão na infância. Neste caso, o "ofício da criança" tem como sua principal expressão de participação. (p.192)

No mesmo sentido, torna-se importante considerar questões de "acesso ao estatuto de cidadania a partir de diferentes pontos de vista, que possam incluir grupos e pessoas excluídas – é aqui, então, que as crianças são maioritariamente incluídas na discussão uma vez que têm acesso aos direitos sociais de cidadania, mas permanecem sem acesso por exemplo, a direitos políticos, nomeadamente de participação e de processos de codecisão" (Trevisan, 2014, p.351) De acordo com Sarmento (2011), a invocação da cidadania da infância tem vindo a entrar na linguagem corrente de todos quantos intervêm nos mundos sociais das crianças, especialmente organizações não governamentais, serviços públicos e técnicos associados à proteção e promoção dos direitos das crianças. (p.584).

Numa entrevista ao jornal Público, em 2015, Trevisan, afirma que "o maior obstáculo é o estatuto de infância. A infância tem um estatuto ambíguo. Por um lado, há a valorização das crianças, a necessidade de as proteger, de construir mundos seguros para elas viverem. Por outro, há um recuo quando se quer envolvê-las num conjunto de processos que apelam à ideia

de que são competentes e têm voz própria. Temos mais tendência para a ideia de vulnerabilidade, de fragilidade, do que de competência. As crianças têm muito mais a dizer e pensam muito mais sobre as coisas do que nós, adultos, achamos.”

(Entrevista na integra: <https://www.publico.pt/2015/04/06/sociedade/entrevista/a-infancia-esta-privada-do-estatuto-de-cidadania-1691428>)

Também nos contextos educativos, a questão da cidadania tem sido mais visível. O Ministério de educação, em 2013, define que a prática da cidadania constitui um processo participado, individual e coletivo, que apela à reflexão e à ação sobre os problemas sentidos por cada um e pela sociedade. O exercício da cidadania implica, por parte de cada indivíduo e daqueles com quem interage, uma tomada de consciência, cuja evolução acompanha as dinâmicas de intervenção e transformação social. A cidadania traduz-se numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social.

As Orientações Curriculares de 2016, para o contexto de pré-escolar dizem que os seres humanos desenvolvem-se e aprendem em interação com o mundo que os rodeia. Ao iniciar a educação pré-escolar, a criança sabe muitas coisas e construiu algumas ideias não só sobre o mundo social e natural envolvente, mas também sobre o modo como se usam e para que servem objetos, instrumentos e máquinas do seu quotidiano.

2. Direitos das crianças: o direito de participação

Neste sentido, uma das dimensões comumente refletidas na cidadania da infância, para lá dos direitos e deveres, é a dimensão da participação.

O conceito de participação deriva da palavra latina “participare” que significa “fazer saber”. Este conceito tem múltiplos significados que se intersectam entre si. Uma das questões mais complexas quando falamos de participação prende-se com o facto de tanto reunir consenso e defensores como críticos em seu redor.

No entanto, há uma certa unanimidade na afirmação da participação como um processo fundamental do sistema democrático. E “mesmo em democracia, há muitas definições que são equivocadas e que implicam processo não participativos”. (Ferreira, 1995, p.275).

O primeiro documento a estipular o conjunto de direitos das crianças foi a Declaração dos Direitos das Crianças, em 1929, prevendo um conjunto de 10 princípios:

- 1-À igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.
- 2-Direito à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.

3-Direito a um nome e a uma nacionalidade.

4-Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe.

5-Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente.

6-Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.

7-Direito à educação gratuita e ao lazer infantil.

8-Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes.

9-Direito a ser protegido contra o abandono e à exploração no trabalho.

10-Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

(Declaração aprovada a 20 novembro 1959 pela Assembleia Geral da ONU.)

No entanto, apenas em 1989, é aprovada a Convenção dos Direitos das Crianças, pela ONU, pretendendo promover os direitos da criança de forma a construir um futuro melhor para todas e pretende levá-las a:

- Conhecer os seus direitos e reconhecer a importância do exercício dos mesmos;
- Partilhar e debater com os responsáveis a sua visão sobre os assuntos que consideram mais importantes para si e para todas as crianças;
- Conhecer os espaços e a dinâmica de funcionamento da sua escola;
- Refletir sobre formas de exercer os seus direitos no dia-a-dia na escola, na comunidade e no seu país;
- Serem ouvidas em relação aos assuntos que as afetam pelos responsáveis da escola e políticos e/ou pelo público em geral.

Assim, os países que subscrevem a Convenção deverão garantir o cumprimento dos seus princípios e direitos, nomeadamente os mais relevantes para este trabalho: a criança tem direito à educação e o Estado tem a obrigação de tornar o ensino primário obrigatório e gratuito, encorajar a organização de diferentes sistemas de ensino secundário acessíveis a todas as crianças e tornar o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um. A disciplina escolar deve respeitar os direitos e a dignidade da criança. Para garantir o respeito por este direito, os Estados devem promover e encorajar a cooperação internacional. (Onu, 1989, p.19). Do mesmo modo, o Artigo 28 1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e tendo, nomeadamente, em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades:

a) Tornam o ensino primário obrigatório e gratuito para todos;

- b) Encorajam a organização de diferentes sistemas de ensino secundário, geral e profissional, tornam estes públicos e acessíveis a todas as crianças e tomam medidas adequadas, tais como a introdução da gratuitidade do ensino e a oferta de auxílio financeiro em caso de necessidade;
- c) Tornam o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um, por todos os meios adequados;
- d) Tornam a informação e a orientação escolar e profissional públicas e acessíveis a todas as crianças;
- f) Tomam medidas para encorajar a frequência escolar regular e a redução das taxas de abandono escolar.

2. Os Estados Partes tomam as medidas adequadas para velar por que a disciplina escolar seja assegurada de forma compatível com a dignidade humana da criança e nos termos da presente Convenção.

3. Os Estados Partes promovem e encorajam a cooperação internacional no domínio da educação, nomeadamente de forma a contribuir para a eliminação da ignorância e do analfabetismo no mundo e a facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos e aos modernos métodos de ensino. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento. (CDC, 1989, p 20)

Dois dos artigos mais relevantes para este trabalho prendem-se, também, com a participação das crianças e o direito à livre expressão. O Artigo 12, que declara: -1. Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade. -2. Para este fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja directamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional.

Também o Artigo 13 que declara: -1. A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança. -2. O exercício deste direito só pode ser objeto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias:

- a) Ao respeito dos direitos e da reputação de outrem;
- b) À salvaguarda da segurança nacional, da ordem pública, da saúde ou da moral públicas.

É aqui, que, pela primeira vez que a imagem da criança cidadã e o direito à voz aparecem proclamados enquanto direitos ao lado dos direitos de protecção e provisão.

As mudanças na condição social da infância são desigualmente experimentadas pelas crianças e, elas próprias exprimem as transformações dos seus grupos sociais, étnicos e culturais de pertença. Nesse sentido, importa destacar o efeito generalizado da melhoria da condição social das crianças no mundo, a par do agravamento das condições de pobreza, de doença e de sujeição ao risco de exploração das crianças em especiais condições de vulnerabilidade - as mais pobres e as que encontram mais restrições ao usufruto dos seus direitos sociais (UNICEF, 2009, citado por Sarmiento em 2011, p.587).

Trevisan (2014), defende que a participação das crianças em processos de codificação, em contextos específicos como a escola constitui-se como elemento fundamental para uma consideração da possibilidade da cidadania infantil. De modo a que possam ser consideradas cidadãs teremos de ser capazes de as olhar enquanto sujeitos políticos portadores de uma ação política específica que desenvolvem nos seus contextos de vida diários, e de modos mais ou menos formalizados. (p.353)

No entanto, Sarmiento (2012), diz que a criança é tida como um cidadão sob tutela, ou um ser humano em vias de se tornar cidadão. Em todo o caso, nunca como um cidadão de pleno direito. Esta situação da criança como ser humano “em vias de” qualquer coisa é, aliás, inerente à própria condição social da infância, conforme ela foi assumida nas sociedades ocidentais, na modernidade. (p.45)

Para Thomas (2009), na participação infantil é necessário ter-se em linha de conta aquilo que as crianças querem e o modo como querem, que nos pode dizer muito acerca das suas vidas e aspirações. Inspirado nos diferentes modelos de participação, o autor identifica os diferentes locais onde a participação das crianças poderá ou não ocorrer, salientando que a classificação se baseia fundamentalmente nas experiências anglo-saxónicas (deixando, por isso, a atenção a outros contextos onde a participação se dará em níveis distintos).

1. Interações familiares, onde desde bebés, as crianças interagem em diferentes modos de diálogo com diferentes membros da família;

2. Situações do cuidado das crianças onde as relações são menos familiares, mas podem existir direitos formais a uma voz em decisões importantes e em processos formais e informais;

3. Contexto familiar, quando estejam em questão decisões sobre residência em caso de divórcio ou separação parental e onde poderão existir situações formais para que a criança expresse as suas visões;

4. Escola – na maioria das escolas as relações são hierárquicas e mais ou menos autoritárias e as crianças experimentam, várias vezes, o facto de terem pouca voz ou controle, mas poderão também existir estruturas como as assembleias de escola que dão até um certo um ponto, às crianças, a oportunidade de tomar decisões. Para o nosso estudo, por exemplo,

poderão algumas destas considerações ser levadas ao contexto de JI, ainda que com as devidas especificidades entre as duas realidades;

5. Vidas públicas nas comunidades, onde as atividades autónomas das crianças poderão encontrar diferentes decisões por parte dos adultos;

6. Contextos comerciais onde as crianças poderão ser toleradas, excluídas ou especialmente tratadas tendo em conta os propósitos da organização;

7. Organizações civis e comunitárias onde as crianças raramente estão presentes, a não ser enquanto aprendentes de adultos;

8. Organizações e serviços de infância e juventude “tradicionais” – clubes e sociedades cujo princípio principal é o de fornecer atividades às crianças, onde a “participação” poderá não ser explícita enquanto parte da cultura, mas onde as crianças, na parte, assumem um papel substancial;

9. Organizações de crianças e jovens estabelecidas com o propósito de promover a “participação” – poderão ser localmente baseados ou centrados em interesses particulares;

10. Organizações estabelecidas com o propósito de consultar crianças e jovens em relação a serviços públicos específicos;

11. Instituições formais e representativas das crianças e jovens – fóruns locais, conselhos de juventude, assembleias e parlamentos. (Thomas, 2009, p.186-187)

Em todos estes contextos, o autor argumenta que as crianças e jovens procuram ser levadas a sério, serem envolvidas em diálogo com adultos e com pares com um grau apropriado de autonomia.

Verifica-se mais uma vez a importância da participação que é atribuída à criança na relação família-contextos educativos. A educação constitui uma das componentes fundamentais do processo de socialização de qualquer indivíduo, tendo em vista a integração plena no seu ambiente. O contexto educativo não deveria viver sem a família nem a família deveria viver sem o contexto educativo. Uma depende da outra, na tentativa de alcançar um maior objetivo, qualquer um que seja, porque um melhor futuro para as crianças é, automaticamente, para toda a sociedade.

Segundo Tomás (2017), o sentido e o impacto dos direitos da criança, tal como eles se exprimem no quotidiano das crianças, nas práticas dos/as profissionais de educação de infância, nas dimensões organizacionais das instituições socioeducativas, como as creches e os jardins de infância, estão longe de se conhecer e de se caracterizar. Assim, a autora, identifica em que condições os direitos da criança podem ser colocados ao serviço da educação de infância. Tal tarefa exige que sejam entendidas três tensões que atravessam o diálogo entre os direitos da criança e a educação de infância. A primeira tensão aponta para o (des)conhecimento, ou para

os sentidos múltiplos atribuídos aos direitos da criança e aos documentos internacionais e nacionais que os consubstanciam, pelos/as profissionais de educação e a relação que estabelecem (ou não) entre eles. Considerando que estas matérias nem sempre estão contempladas nos currículos de formação, inicial ou contínua, de educadores/as e professores/as, a dificuldade sentida em conhecer e passar das normas jurídicas às práticas pedagógicas continua a ser uma marca da ação de muitos/as profissionais. Os direitos da criança necessitam ser (re)apropriados/as pelos/as profissionais de educação, na sua visão crítica, como um guia emancipatório das suas práticas pedagógicas. Longe de ser irrelevante, a forma como se perspectivam as crianças pequenas, a sua educação e os seus direitos é essencial na forma como se pensam as práticas pedagógicas, se identificam os problemas e se delineiam os caminhos para a sua transposição. A segunda tensão aponta para a armadilha do discurso entre direitos e deveres. Trata-se de uma dualidade falsa e prejudicial aos próprios direitos das crianças. É evidente a simetria entre direitos e deveres. Como qualquer outro coletivo social, a infância terá de receber, por parte das instituições socioeducativas, respostas concretas às suas necessidades, estabelecendo-se o compromisso real da sua efetiva participação, condição para que os seus direitos e deveres sejam reconhecidos e se transformem em práticas e vivências quotidianas. Por fim, a terceira tensão decorre, como vimos anteriormente, da “identificação de práticas sociopedagógicas tendencialmente reprodutoras da forma escolar, de currículos de coleção e modos de transmissão pedagógica formais e explícitos [que] apontam para a reconfiguração da educação de infância como contexto de escolarização e alunização antecipada das crianças. (p.15)

Da mesma forma, na passagem para a escola, a criança assume o estatuto de ser social, objeto de um processo intencional de transmissão de valores e saberes comuns, politicamente definidos, e destinatário objetivo de políticas públicas. A escola realizou a desprivatização das crianças e desvinculou-as parcialmente do espaço doméstico e da exclusividade da proteção parental. Com a escola, a infância foi instituída como categoria social dos cidadãos futuros, em estado de preparação para a vida social plena.... A escola criou uma relação particular com o saber, uniformizando o modo de aquisição e transmissão do conhecimento, para além de toda a diferença individual, de classe ou de pertença cultural. (Sarmiento, 2011, p.588).

3. Criança-Família-Jardim de Infância-Escola-Participação: Análise dos principais contributos

As crianças aprendem e desenvolvem-se bem na interação com as pessoas que cuidam delas, que as amam, que as respeitam e lhes conferem segurança; pessoas atentas e sensíveis às suas particularidades, criando espaços equilibrados de estimulação, desafio, autonomia e

responsabilidade; pessoas de referência na sua vida, como serão os familiares próximos bem como educadores e professores ao longo da infância.

Os adultos assumem o papel decisivo na determinação das condições de vida das crianças, não apenas por ser nesta geração que se encontram os detentores do poder político e social, mas também porque eles marcam a infância pela adopção de processos de administração simbólica das crianças (Sarmiento, 2004, p8).

Sarmiento, Fernandes, Tomás (2007), dizem se considerarmos a participação enquanto processo de interação social confluyente na criação de espaços coletivos, teremos também de considerar que as competências de participação das crianças estão indelevelmente ligadas – ora constrangidas, ora estimuladas –, pelas relações pessoais que estabelecem com os outros – família, amigos, comunidade, etc. (p.190).

Hoje existe uma diversidade de modelos familiares que, segundo Gimeno (2003), estão relacionados com a história e com a cultura, mas “que torna difícil atingirmos um consenso de definição única de família, mesmo que, intuitivamente, todos tenhamos em mente uma conceção e até uma atitude básica em relação a ela”. (p15).

O termo “família” é derivado do latim “famulus”, que significa “escravo doméstico”. Este termo foi criado na Roma Antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e também para a escravidão legalizada. Se nesta época predominava uma estrutura familiar patriarcal em que um vasto leque de pessoas se encontrava sob a autoridade do mesmo chefe, nos tempos medievais (idade média), as pessoas começaram a estar ligadas por vínculos matrimoniais, formando novas famílias. (Santos 2004 p.14)

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), (1994) "o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção. Família é o grupo cujas relações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum".

Falar de família é simultaneamente falar do que sentimos e do que sabemos: do que sentimos uma vez que todos nós temos uma família e cada um de nós é capaz de identificar quais as pessoas a que chama a sua família; do que sabemos dado que, ao longo dos tempos, cada cultura, cada disciplina científica, cada área da sociedade criou a sua própria definição de família originando uma multiplicidade de conceitos, cada um procurando encerrar em si todas as possibilidades de estruturas e funções que a família foi tomando.

Mais do que nos fixarmos num construto estável, importa pensar que o conceito de família pode revestir-se de muitas formas dependendo tanto da história individual como familiar, de vínculos biológicos, estatuto legal e / ou religioso entre outros aspetos. As mudanças económicas, políticas, sociais e culturais a que assistimos fazem surgir uma diversidade de tipos de família que dificilmente se enquadram numa única definição, desta forma Vaughan-Cole et al

acrescentam que nesse grupo «existe uma história de preocupação e cuidado e o potencial para um compromisso duradouro de cuidar» (1998, p.5).

Mas a necessidade de encontrar uma definição é, talvez, mais importante para os teóricos do que propriamente para os indivíduos que constituem uma família. Seja qual for o tipo de família que encontremos «todas se organizam através de uma estrutura de relações onde se definem papéis e funções conformes às expectativas sociais» (Relvas, 2004, p14).

Desta forma, é notória a relevância que a família proporciona para o desenvolvimento da criança.

De acordo com Davies (1989), a participação parental corresponde a todas as atividades desenvolvidas pelos pais para que os filhos obtenham sucesso educativo. Estas atividades tanto podem ser desenvolvidas em casa como na escola.

É reconhecido pelo Ministério da Educação (ME) a importância de ser promovido o contacto e cooperação entre família e as instituições escolares, na medida em que estes dois sistemas contribuem para a educação de cada criança, sendo fundamental a existência de uma relação próxima entre os dois (ME, 2016 p. 43).

É nos contextos em que a criança vive, nas relações e interações com outros e com o meio que a criança vai construindo referências, que lhe permitem tomar consciência da sua identidade e respeitar a dos outros, desenvolver a sua autonomia como pessoa e como aprendiz, compreender o que está certo e errado, o que pode e não pode fazer, os direitos e deveres para consigo e para com os outros.

Os profissionais de educação e famílias têm um papel ativo na educação das crianças, pois “esse papel e as regras que o regem precisam de ser negociadas, discutidas e construídas por todos os intervenientes” (Sarmiento e Marques, 2002, p.47).

É nessa inter-relação que a criança vai aprendendo a atribuir valor aos seus comportamentos e atitudes e aos dos outros, reconhecendo e respeitando valores que são diferentes dos seus. A educação tem um papel importante na educação para os valores, que não se “ensinam”, mas se vivem e aprendem na ação conjunta e nas relações com os outros.

Tomas (2017), afirma que caracterizar a situação social da infância e dos direitos da criança é um indicador fundamental na compreensão do estado de desenvolvimento humano de um país, de uma região, de uma instituição e/ou de uma organização socioeducativa, mais ainda quando sabemos que as imagens sociais produzidas acerca da infância e das crianças exprimem determinadas concepções sociais e culturais, o que influencia a forma como se trabalha com/para/sobre elas. (p.13)

Neste sentido, ao analisarmos as orientações curriculares para a educação pré-escolar podemos compreender que no processo de transição da educação pré-escolar para o 1ºCEB, educadores,

professores e pais/encarregados de educação têm a sua missão com o intuito de tornar essa passagem o menos abrupta possível.

4. Princípios educativos de JI e 1º ciclo

Como formandos em dois contextos bem distintos, teve-se a necessidade de compreender as especificidades e princípios de cada um dos universos educativos, para uma melhor compreensão destes contextos.

Froebel (1782-1852), criou o termo Jardim de infância. Foi um dos primeiros educadores a se preocupar com a educação de crianças. Na tentativa de criar um espaço singular para que um tipo especial de educação fosse realizado por algum tempo pensou em uma palavra que pudesse explicar esse espaço, denominado por ele Kindergarten, Goiaba, ou "Jardim de infância" em português. A ideia de criar um "jardim da infância" parte do princípio de que as crianças devem ser cultivadas e cuidadas assim como os jardineiros participam no processo de desenvolvimento das plantas.

A vida em grupo implica confronto de opiniões e necessidade de resolver conflitos que suscitarão a necessidade de debate e de negociação, de modo a encontrar uma resolução mutuamente aceite pelos intervenientes. Deste modo, a participação das crianças na vida do grupo permite-lhes tomar iniciativas e assumir responsabilidades, exprimir as suas opiniões e confrontá-las com as dos outros, numa primeira tomada de consciência de perspetivas e valores diferentes, que facilitam a compreensão do ponto de vista do outro e promovem atitudes de tolerância, compreensão e respeito pela diferença. (ME, 2016, p.39). É neste contexto que se desenvolve a educação para a cidadania, enquanto formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo.

A escola constitui um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania e nela se refletem preocupações transversais à sociedade, que envolvem diferentes dimensões da educação para a cidadania, tais como: educação para os direitos humanos; educação ambiental/desenvolvimento sustentável; educação rodoviária; educação financeira; educação do consumidor; educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento; educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; voluntariado; educação para os media; dimensão europeia da educação; educação para a saúde e a sexualidade.

Sarmento (2011) refere que é de uma reinvenção do ofício de aluno de que se trata. Esta reinvenção é profundamente potenciada pelas tecnologias de informação e comunicação. As

palavras-chave deste “novo ofício” serão: autonomia; criatividade; espírito de iniciativa; empreendedorismo; avaliação. Certamente que palavras-chave do “velho ofício” não perdem actualidade ou significado, mas adquirem novas conotações e precisões: disciplina; esforço; empenhamento... O ofício de aluno dá lugar a um trabalho escolar da criança sobre si própria, que não mobiliza apenas capacidades cognitivas, mas incide sobre aspetos atitudinais, comportamentais e “disposicionais” (no sentido bourdieusiano), aspetos esses imperfeitamente recobertos pela expressão “competências”, que se substitui no léxico pedagógico, cada vez mais, a resultados de aprendizagem. (pp.591-592)

As práticas sociais das crianças reconfiguram os lugares institucionais em que vivem as crianças, em cada momento, e as formas de ser e de agir das crianças “contaminam”, alteram, modificam permanentemente as práticas familiares, escolares, institucionais, e dos territórios e espaços sociais em que se encontram. Apesar de isso ser normalmente ignorado, a verdade é que as crianças agem e a sua ação transforma os lugares em que (con)vivem com os adultos (Sarmiento, 2011, p.595)

A educação para a cidadania relaciona-se também com o desenvolvimento progressivo do espírito crítico face ao mundo que rodeia a criança, incluindo nomeadamente os diferentes meios de comunicação com que contacta no dia a dia.

4.1. Objetivos da Educação/Lei de Bases e perfil do educador de infância/professor de 1º ciclo

A palavra “Educação” tem origem latina. No entanto surgiram duas conceções “educere” e “educare”, que tem gerado uma grande controvérsia devido à ilusória contradição de ambas. O vocábulo “educere” significa “sacar, levar”. (Aretio, 1989, p.13). Contudo, o vocábulo “educare” significa “criar”, “nutrir”, “alimentar”. (Aretio, 1989, p.13). Landsheere (1983, p.56), defende que educar é conduzir, guiar para um fim. Educa-se para a verdade, para o bem e para o belo. Cotrim e Parisi (1982, p.14), vão mais longe e encaram a educação como sendo o processo pelo qual o homem através da sua capacidade para aprender, adquire experiências que atuam sobre a sua mente e o seu físico.

Segundo Piaget (1970), a principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.

A educação acompanha-nos até ao fim da nossa vida. A sociedade de hoje não é igual à de alguns anos atrás, e a educação pode e deve mudar atitudes, pensamentos e regras. Ainda com várias limitações, mas em constante inovação.

No que concerne às conceções sobre educação, Cabanas (2002, p.32) define o termo como sendo “ (...) um poliedro de muitas faces (...)”, assim podemos dizer que a Educação tem uma dimensão social, uma dimensão relacional, uma dimensão cultural, uma dimensão artística, uma dimensão política e uma dimensão ética. Assim, tendo em conta a afirmação de Cabanas pode-se afirmar que a Educação tem uma dimensão multifacetada.

Segundo Maia (2009, p.9) o termo “educação” foi modificado com a evolução dos tempos e torna-se pertinente analisar a Educação de Infância em Portugal, de modo a compreender as dinâmicas que estão implicadas no ato educativo, de forma a perceber como é vista a educação de hoje. Reforçando a ideia de Maia, Carneiro (2003, p.4), afirma que a educação está situada na linha divisora entre a permanência e mutação, entre conservação e inovação, a função educativa vê-se submetida a tensões sem precedentes.

Como explicam Coutinho e Tomás (2018), a Constituição da República Portuguesa prevê no seu artigo: “1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. 2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar” (art.º. 74.º) e na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) que denominou a educação de infância de “educação pré-escolar”, por conseguinte, as crianças portuguesas dos 3 aos 6 anos, ingressam no ensino básico. Com a promulgação do Estatuto do Jardins de Infância em 1979 é possível observar uma caminhada das propostas educativas para as crianças maiores de 3 anos para o campo da educação, o que não ocorre em relação às crianças de 0 a 3 anos. Em Portugal, só poderão frequentar os jardins-de-infância do sistema público as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade legal de ingresso no ensino primário.

Em Portugal, “A matrícula no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico é obrigatória para as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de setembro. As crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro podem ingressar no 1.º ciclo do ensino básico se tal for requerido pelo encarregado de educação, dependendo a sua aceitação definitiva da existência de vaga nas turmas já constituídas (..)” [Despacho n.º 5048-B/2013].

Na educação Pré-escolar as Orientações Curriculares (2016), afirmam que a vida no jardim de infância deverá organizar-se como um contexto de vida democrática, em que as crianças exercem o seu direito de participar, e em que a diferença de género, social, física, cognitiva, religiosa e étnica é aceite numa perspetiva de equidade, num processo educativo que contribui

para uma maior igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, entre indivíduos de diferentes classes sociais, com capacidades diversas e de diferentes etnias. Esta diversidade é entendida como forma de educação intercultural, em que as diferentes maneiras de ser e de saber contribuem para o enriquecimento da vida do grupo, para dar sentido à aquisição de novos saberes e à compreensão de diferentes culturas. A promoção de uma maior igualdade de género é, nomeadamente, um elemento fundamental da educação para a cidadania e da construção de uma verdadeira democracia. Lidar com as diferenças sem as transformar em desigualdades é um dos grandes desafios da educação na atualidade.

Compete ao/à educador/a desenvolver uma ação intencional, que conduza a uma efetiva igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas, no processo de socialização experienciado no jardim de infância.

A UNESCO (2007), apela para a importância assumida pelos jardins de infância, “é fundamental que as crianças tenham uma experiência positiva nesses centros e, portanto, há que garantir que as suas práticas se adaptem à idade das crianças e às suas características culturais”. Um serviço de qualidade para crianças implica duas vertentes indissociáveis: a atenção/cuidados e educação na primeira infância. É na segunda, a educação, que se enquadra o desenvolvimento cognitivo, social, físico e afetivo, desde o nascimento até à entrada no 1º ciclo do Ensino Básico. Estes estão contemplados e reconhecidos pela Convenção dos Direitos das Crianças. O termo educação é encarado numa visão muito ampla que engloba a aprendizagem através de estimulação precoce, a orientação da criança e uma série de atividades e possibilidades de desenvolvimento (OCDE, 2001 citado por UNESCO, 2007, p17).

Portugal (2008), defende que durante a infância, as crianças podem aprender a participar no seu mundo e a contribuir para ele com a sua criatividade, sensibilidade e espírito crítico. Se tudo corre bem, podemos contar com cidadãos emancipados, autênticos na interação que estabelecem com o mundo, emocionalmente saudáveis, com uma atitude fortemente exploratória, abertos ao mundo externo e interno, com um sentido de pertença e uma forte motivação para contribuir para a qualidade de vida, respeitando o homem, a natureza, o mundo físico e conceptual.

A publicação da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar (Decreto-Lei nº5/97, 10 de fevereiro) permite formar um quadro de referência amplo para o Educador de Infância relativamente aos objetivos da valência de Educação Pré-Escolar.

Como refere na lei-quadro da educação pré-escolar (2016), os objetivos que determinam os princípios pedagógicos são: promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base nas experiências da vida; fomentar a inserção da criança em diferentes grupos sociais; contribuir para a igualdade de oportunidades; estimular o desenvolvimento global da criança; despertar a

curiosidade e o pensamento crítico; proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança; proceder à despistagem de anomalias no desenvolvimento, orientando a criança para um correto acompanhamento; incentivar a participação das famílias e a colaboração com a comunidade .

Deste modo, “o educador deve ser alguém que permite o desenvolvimento de relações de confiança e de prazer através da atenção, gestos, palavras e atitudes. Deve ser alguém que estabeleça limites claros e seguros que permitam à criança sentir-se protegida de decisões e escolhas para as quais ela ainda não tem suficiente maturidade, mas que ao mesmo tempo permitam o desenvolvimento da autonomia e autoconfiança sempre que possível. Deve ser alguém verbalmente estimulante, com capacidade de empatia e de expansividade, promovendo a linguagem da criança através de interações recíprocas e o seu desenvolvimento sócio emocional”. (Portugal, 1998, p 198).

Segundo o ministério da educação os valores estão subjacentes à prática do/a educador/a e professor/a e o modo como os concretiza no quotidiano que permitem que a educação seja um contexto social e relacional facilitador da formação pessoal e social. Ao demonstrarem atitudes de tolerância, cooperação, partilha, sensibilidade, respeito, justiça, etc. para com as crianças e adultos (outros profissionais e pais/famílias), os/as educadores/as e professores/as contribuem para que as crianças reconheçam a importância desses valores e se apropriem deles.

O professor do 1º ciclo do ensino básico tem um grande impacto na vida de todos os alunos. O papel do professor é diverso e complexo, mas ao mesmo tempo é motivador. Espera-se que seja dinâmico, inovador, crítico, comunicativo e eficaz na sua ação. Deve ensinar e educar, difundir conhecimentos e despertar o gosto pela descoberta e pela aprendizagem. Afinal, os alunos acabam por seguir os nossos exemplos. Segundo o decreto lei 75/2008, cabe ao professor “dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar -se ativamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País”.

O Ministério da Educação em Portugal em 2013, defende que a abordagem à cidadania da infância pode assumir formas diversas consoante as dinâmicas adotadas pelas escolas no âmbito da sua autonomia, nomeadamente através do desenvolvimento de projetos e atividades da sua iniciativa, em parceria com as famílias e entidades que intervêm neste âmbito, no quadro da relação entre a escola e a comunidade.

Deste modo, a educação para a cidadania pode ser desenvolvida em função das necessidades e problemas específicos da comunidade educativa, em articulação e em resposta a objetivos definidos em cada projeto educativo de agrupamento de escola ou escola não agrupada.

Segundo as linhas orientadoras 2013 para a educação, do ministério da educação, a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.

Segundo Canário (2002) a escola, pode ser analisada a partir de três pontos: a forma escolar, a organização escolar e a instituição escolar. Segundo o autor a escola é uma forma e uma organização e é uma instituição. (p.14)

A escola, para além de ter como missão uma função social de extrema importância, ao ter entre mãos, a tarefa de ensinar/aprender, teve, ao longo dos séculos, de integrar, resistir, transformar-se, reformar-se, reorganizar-se, e, principalmente, continuar e perpetuar-se como uma organização vital para a sociedade contemporânea. A escola como organização educativa tem constituído, nos últimos tempos, um dos objetos de estudo preferenciais da investigação educacional em Portugal. Os estabelecimentos de ensino tornaram-se, também, uma das áreas de estudo mais procuradas pela investigação educacional a partir de meados da década de 70. Na verdade, de objeto social, a escola passou a ser olhada como objeto científico. (Lima, 2011 p.15)

O documento de 2017 Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, declara que a educação para todos, consagrada como primeiro objetivo mundial da UNESCO, obriga à consideração da diversidade e da complexidade como fatores a ter em conta ao definir o que se pretende para a aprendizagem dos alunos à saída dos 12 anos da escolaridade obrigatória. A referência a um perfil não visa, porém, qualquer tentativa uniformizadora, mas sim criar um quadro de referência que pressuponha a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia. Perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos. (...)

O mesmo documento, faz referência à Cidadania e participação – “Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor”. Bem como a, liberdade – “Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.” (p.9)

O "ofício de aluno" pode ser definido antes de tudo como a "aprendizagem da regra do jogo" escolar. Ser "bom aluno" não é somente assimilar conhecimentos, mas também estar disposto

a "jogar o jogo" da instituição escolar e estar disposto a exercer um papel que revela tanto conformismo quanto competência. Assimilar o currículo, não somente o formal, mas também o chamado "currículo oculto" (onde se aprendem as regras não explícitas, mas igualmente necessárias da cena pedagógica) é tornar-se um "nativo da cultura escolar", capaz de desempenhar o "papel de aluno" sem perturbar a ordem institucional nem demandar atenção particular (Sirota, 1993, Citado por Marchi, 2010, p.190)

Narodowski (2001), no campo dos estudos pedagógicos, mas de forma independente à SI, assinalou que, se "criança" e "aluno" correspondem a um mesmo ser, constituem, epistemologicamente, objetos diferentes. Ou seja, ocorre aqui uma "diferenciação" – no nível do objeto – entre as disciplinas que tomam a "infância em seu sentido geral" (psicologia, psicanálise, pediatria) e as que se ocupam da "infância em situação escolar" (psicologia educacional, pedagogia). No caso destas últimas, o seu objeto é a criança "enquanto aluno" (Narodowski, 2001, citado por Marchi, 2010, p.191)

4.2.A participação das crianças e alunos nos contextos educativos: balanço das possibilidades e obstáculos

É importante olhar para a criança como um ser humano que precisa de proteção e cuidados, mas considera que devemos também reconhecê-la como um cidadão competente, ou seja, capaz de pensar, de construir, de realizar ações e, portanto, com capacidades e competências para ter um papel ativo no contexto educativo.

Há três aspetos centrais: o primeiro sobre as concepções de infância existentes, o segundo sobre as interações entre crianças e adultos e o terceiro sobre essas interações no âmbito de contextos formais como o são os jardins-de-infância e as escolas do 1ºCEB, criadas e desenvolvidas com raízes e finalidades distintas.

Sarmiento e Marques (2006) defendem a importância de dar voz às crianças para que estas não só nos possam testemunhar a sua visão da relação entre a escola e as famílias, os sentidos que lhe atribuem e as estratégias que utilizam na vivência de dois contextos educativos diferentes, como também criar condições para que assumam um discurso propositivo que se transforme em processo de um desenvolvimento emancipatório.

O aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e a viver com os outros e o aprender a ser constituem elementos que devem ser vistos nas suas diversas relações e implicações. Isto mesmo obriga a colocar a educação durante toda a vida no coração da sociedade – pela compreensão das múltiplas tensões que condicionam a evolução humana.

Do mesmo modo, Tomás (2017), defende que os direitos da criança necessitam ser (re)apropriados/as pelos/as profissionais de educação, na sua visão crítica, como um guia emancipatório das suas práticas pedagógicas. (p.15).

A criança deve participar e sentir-se envolvida o mais possível em todo o trabalho pois só assim conseguirá crescer num ambiente harmonioso. É importante que a criança seja o principal ator da participação, os adultos regulam-na e podem ajudá-las nesse processo.

PARTE II- CONTEXTO EDUCATIVO

Fundamentados os princípios teóricos que sustentam o tema em estudo neste relatório, importa agora caracterizar os contextos educativos onde a estudante realizou o seu estágio.

Estes contextos permitiram a realização da prática supervisionada, quer em JI quer em 1ºCEB, dando continuidade à temática e questões de investigação colocadas.

Pré-Escolar

Caraterização da Instituição

A Associação A, encontra-se localizada no distrito de Braga, é uma instituição privada de solidariedade social, sem fins lucrativos, a funcionar desde 1984. Contribui para a criação de uma rede de relações familiares e profissionais que se desenvolve num espaço inter-concelhio e inter-distrital e que justifica que a instituição tenha vindo a prestar serviços a famílias que não residem na freguesia. (in Projeto Educativo 2016/2019). Assim sendo, a associação tem um grande triângulo onde desenvolve as suas atividades e onde procura satisfazer todos os cidadãos.

A estudante teve a possibilidade de consultar três documentos da Instituição Cooperante: o Projeto Educativo, o Resumo das Normas de Funcionamento e o Plano Anual de Atividade.

Segundo José Lemos Pinto (2005), num Projeto Educativo o sistema educativo é orientado pelos princípios da democraticidade, descentralização, ligação à comunidade local e participação de todos os implicados no processo educativo. A estagiária teve acesso ao Projeto Educativo da associação e verificou algo muito diferente de todos os outros Projetos Educativos antes visto pois fazem comparações a um mundo diferente, como as seguinte citação do Projeto Educativo da Associação, o P. E. define a personalidade (o nosso “ar”, a nossa “pinta”), o modelo e finalidade da escola (quem vai na “viagem” e para onde), os meios e estratégias de navegação (como prepara as velas e conseguir “vento de feição”) e a forma de avaliar a rota (medindo as “estrelas do céu”) face ao horizonte, onde projetamos os nossos próprios sonhos.

Há também uma característica a retratar que é o facto de que o PE tem um enquadramento normativo e faz referência ao decreto-lei 115-A/98, artº 3º que projeta que o Projeto Educativo é o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa. No que concerne ao Plano Anual de Atividades, que é um instrumento de planificação das atividades escolares para o período de um ano letivo, é específico para a Creche,

Jardim de Infância e o colégio de 1ºCEB e nele estão previstas festas importantes realizadas durante o ano e as visitas de estudo.

As salas do JI estão divididas por cores, cada cor correspondia a uma faixa etária. No caso da estagiária, a sala era a amarela (4 anos), composta por 27 crianças, uma Educadora de Infância e por uma ajudante de ação educativa.

Nesta faixa etária, a organização das rotinas é importante para as crianças, uma vez que determina o dia-a-dia de cada criança e não deve ser alterada constantemente, a criança começa a desenvolver a sua própria autonomia e segurança, tal como refere Zabalza (1996, p.52) as rotinas desempenham, de uma maneira bastante similar aos espaços, um papel importante no momento de definir o contexto no qual as crianças se movimentam e agem. As rotinas atuam como as organizadoras estruturais das experiências quotidianas, pois esclarecem a estrutura e possibilitam o domínio do processo a ser seguido e, ainda, substituem a incerteza do futuro por um esquema fácil de assumir. O quotidiano passa, então, a ser algo previsível, o que tem importantes efeitos sobre a segurança e a autonomia.

Como é referido nas Orientações Curriculares (2016, p. 37) a organização e a utilização do espaço são expressão das intenções educativas e da dinâmica do grupo, sendo indispensável que o educador se interrogue sobre a função e finalidades educativas dos materiais de modo a planear e a fundamentar as razões dessa organização.

Para Oliveira Formosinho (2004, p.67), nas salas de educação de infância que seguem uma orientação construtivista existem normalmente áreas diferenciadas de atividades para permitir diferentes aprendizagens curriculares. A área da casa, a área da expressão plástica, a área das construções, a área da biblioteca, entre outras. Esta organização da sala em áreas, além de ser uma necessidade indispensável para a vida em grupo, contém mensagens pedagógicas quotidianas., assim, a sala onde está organizada por áreas: área da plástica, área da casinha, área das construções (onde é realizado o acolhimento), área dos jogos, área da biblioteca e área da ciência.

Segundo Spodek (2010), o educador deve criar áreas que atraiam as crianças para atividades de aprendizagem. O período de trabalho deve propiciar um equilíbrio entre atividades calmas e atividades mais ativas, por isso o educador deve estar disponível para as crianças durante o período de atividades pois as suas brincadeiras revelam interesses, habilidades e necessidades. No grupo há um clima de equilíbrio em cada área o que possibilita à criança tempo para brincar, explorar e descobrir. Mas, algo muito característico e estava bastante mecanizado era o arrumar. Quando eu ou a educadora mandamos colocar tudo nos devidos locais, as crianças faziam-no muito rapidamente. De acordo com Mary Hohmann (1997), o educador tem de organizar as áreas de forma a proporcionar à criança a vivência de diversas experiências bem

como a encorajá-las a serem autónomas, à resolução de problemas o que facilita no desenvolvimento das crianças. (p.27)

As rotinas atuam como as organizadoras estruturais das experiências quotidianas, pois esclarecem a estrutura e possibilitam o domínio do processo a ser seguido e, ainda, substituem a incerteza do futuro. (Consultar anexo 1-Rotinas em JI)

Caraterização do grupo

No grupo há um clima de equilíbrio em cada área o que possibilita à criança tempo para brincar, explorar e descobrir. Mas, algo muito característico e estava bastante mecanizado era o arrumar. Quando eu ou a educadora mandamos colocar tudo nos devidos locais, as crianças faziam-no muito rapidamente. De acordo com Mary Hohmann (1997), o educador tem de organizar as áreas de forma a proporcionar à criança a vivência de diversas experiências bem como a encorajá-las a serem autónomas, à resolução de problemas o que facilita no desenvolvimento das crianças.

Na sala há 27 crianças, 16 rapazes e 11 raparigas. Estamos perante um grupo heterogéneo. No entanto, é possível observar características semelhantes entre eles tais como o desenvolvimento cognitivo, a fala é fluentemente, com frases completas, gostam de conversar e contar vivências, adoram cantar canções e de decorar rimas. Uma menina frequenta a terapia da fala e um menino foi diagnosticado síndrome de DiGeorge, é acompanhado pela professora de ensino especial.

Já conhecem algumas letras do alfabeto e até algumas palavras mais familiares, há crianças que já sabem escrever o nome. Já sabem dizer o nome completo, onde mora e o nome dos pais. As crianças da sala amarela fazem muitas perguntas, são muito curiosas do mundo que as rodeia. Respondem facilmente às perguntas que lhe são feitas, percebem e recordam-se bem do que fazem bem, e que fazem menos bem. Já sabem distinguir entre ontem, hoje e amanhã, percebe bem a rotina diária e o que sucede a quê. Já percebem os conceitos relacionados com: quantidades, tamanhos, pesos, medidas, texturas, cores, distâncias, tempo e posições.

Na observação que a estagiária realizou ao grupo, verificou, que a sua capacidade de atenção é boa, consegue concentrar-se na mesma atividade. No entanto há sempre algumas crianças que se distraem com alguma facilidade. Conseguem ordenar objetos do mais baixo para o mais alto, do mais pequeno para o maior. Já sabem contar até 10 em voz alta, embora nem sempre na ordem correta. Já sabem entre 6 e 8 cores e também reconhecem cerca de 3 formas diferentes. Ao nível do desenvolvimento motor, as crianças vestem e calçam-se sem necessitar de muita ajuda, comem sozinhas, já sabem usar bem a colher, só algumas usam a faca e o garfo

corretamente. Algumas crianças já se penteiam sozinhas e todas as crianças já sabem lavar os dentes sozinhas. Conseguem andar em linha reta de forma direita, correr e saltar sobre e em torno de obstáculos com facilidade. Sobem e descem sem grande dificuldade. É visível alguma dificuldade a saltar só com um pé. Apanham e atiram bem uma bola. Já andam bem de triciclo. Criam formas e objetos com recurso a plasticina. Seguram bem num lápis e faz desenhos legíveis, no entanto ainda há uma minoria que não o faz corretamente.

Relativamente ao desenvolvimento emocional, ainda tem dificuldade em separar a realidade da fantasia. São crianças muito entusiastas, tem sempre muita pressa em tudo. Tem uma imaginação muito fértil, podem mentir para se proteger, e percebem o que é uma mentira. Há capacidade de sentirem ciúme, e chamarem a atenção dos colegas. São mais cooperantes, gostam de ajudar. Gostam de se exibir e demonstram ter mais confiança. Começam a perceber o que é o perigo. Pode ter medo de muitas coisas, inclusive do escuro e dos “monstros”. Este grupo ainda faz birras, normalmente em relação a pequenas coisas, demonstram estar zangados e sentem frustração, principalmente quando algo não está a correr como querem. Passam a exprimir o seu descontentamento/raiva mais verbalmente do que fisicamente. Por vezes estas crianças ainda são agressivas. Já sabem fazer “ameaças”.

No que diz respeito ao desenvolvimento social, já são mais independentes em relação aos adultos, gostam de obter a aprovação dos adultos. Gostam de brincar com outras crianças, nomeadamente com aquelas que têm a mesma idade. Embora gostem de brincar com crianças de ambos os sexos, já demonstram uma maior preferência por brincar com crianças do mesmo sexo que o seu. Já sabem partilhar com as outras crianças e fá-lo na maioria das vezes. Gostam de alterar as regras da brincadeira à medida que brincam. Podem chamar nomes às outras crianças, fazer queixa das mesmas aos adultos. Gostam de ouvir e de contar histórias e anedotas – muitas vezes sem nexos para os adultos. Estão constantemente a perguntar porquê.

Quando brinca gosta de imitar os pais, normalmente o do mesmo sexo, adoram brincar às personagens: professora, dona do café, dono da loja, bombeiro, polícia...

1º Ciclo do Ensino Básico

Caraterização da Instituição

“Aqui construímos uma Escola Nova, capaz de criar compromissos, para que cada individuo consiga desenvolver um projeto claro de vida, para se tornar plenamente Pessoa, comprometendo-se com a sociedade, tornando-se assim um cidadão participativo e com consciência critica” In PE 2015/2018.

A instituição B é um estabelecimento de Ensino Particular, a funcionar desde o dia 2001, tendo atualmente três polos, que servem valências educativas diferenciadas.

O polo I foi inaugurado em 2001 e nele funcionam a Creche e o Pré-Escolar. Está legalizado pelo Ministério da Educação através do alvará nº 68 da DREN, de 14 de janeiro de 2002, e pelo Ministério da Segurança Social, através do alvará nº 03/2002, de 18 de março de 2002. O polo II, foi inaugurado em 2005 e abrange todo o Ensino Básico. Referente ao processo nº 8225, este espaço funciona ao abrigo do alvará nº 1847/05 concedido pela DREN, em regime de Paralelismo Pedagógico.

O Polo III foi inaugurado em 2012 e nele funciona o Ensino Secundário. Foi legalizado pelo Ministério da Educação e da Ciência através de despacho do Senhor Diretor Regional, exarado em 30 de abril de 2012, sendo concedida, também, a autorização definitiva de funcionamento dos cursos Científico-Humanísticos, de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais.

A existência da instituição B encontra-se devidamente reconhecida a nível ministerial e concelhio, na sua capacidade de gestão educativa, financeira e organizacional, em regime de autonomia pedagógica.

No decorrer do estágio uma das maiores dificuldades foi conseguir que os alunos se mantivessem motivados em participar do início ao fim, nas aulas em que lecionava. À medida que o tempo foi passando, sinto que houve uma melhoria significativa nesse sentido. É importante que os alunos se envolvam na aprendizagem e construam o pensamento. Motivar os alunos é o mais importante, a melhor estratégia a usar são atividades práticas e didáticas, pois é uma forma de captar a atenção deles, eles sentem-se envolvidos e com responsabilidade. Outra estratégia é também não dar de imediato as respostas às questões deles, ou seja, fazer com que eles sintam a curiosidade e o interesse de ir descobrindo por eles próprios. Um exemplo prático disso pode ser quando lhes é apresentado um texto, não referir logo o título do texto ou da história, havendo todo um processo até que no fim estejam todos perto do título ou cheguem mesmo a acertar. Ou então quando estão a aprender conteúdos novos de matemática, começar por mostrar um vídeo com a explicação ou ao fazer exercícios, apresentar materiais

manipuláveis, como o tangram. Realizar experiências e relacioná-las com o dia a dia deles. Atividades que envolvam o uso de computadores. Isto faz com que todos queiram participar e queiram fazer bem e mais. (Consultar anexo 2- Imagens de 1ºCEB)

Uma outra dificuldade foi gerir o tempo com os alunos com mais necessidades. No entanto, é importante que os alunos façam um trabalho diferenciado, para ultrapassar as suas dificuldades. Todos os alunos têm um ritmo diferente e, por isso, é necessário ir de encontro com esses ritmos. Contudo, isto não acontece a todas as horas, apenas quando há essa necessidade. Uma das estratégias que tenho vindo a fazer é quando coloco questões em grande grupo, colocar uma determinada questão a um destes alunos, que eu sei que sabem a resposta, para que estes se sintam confortáveis e se sintam parte da turma. Elogiar é também muito importante e verifico que eles ficam entusiasmados. É possível compreender que a diferenciação pedagógica como defende Perrenoud (1999) é romper com a pedagogia magistral- a mesma lição e os mesmos exercícios para todos ao mesmo tempo- mas é sobretudo uma maneira de pôr em funcionamento uma organização de trabalho que integre dispositivos didáticos, de forma a colocar cada aluno perante a situação mais favorável. (p.52)

Relativamente ao preenchimento de grelhas e registos de avaliação, estes são essenciais, para conhecermos as dificuldades e as potencialidades de cada um. O que influencia as planificações seguintes de modo a que estas dificuldades sejam superadas. Um exemplo concreto foi a dificuldade que eu verifiquei a um determinado conteúdo de estudo do meio, então com base nesta situação foi planificado um jogo de estudo do meio, jogo esse que serviu de revisões para o teste.

A instituição B fortalece o seu regulamento interno com vários setores, de salientar os seguintes:
Secção I Responsabilidade e autonomia

Artigo 126. ° Responsabilidade dos membros da comunidade educativa

1. A autonomia do Colégio pressupõe a responsabilidade de todos os membros da comunidade educativa pela salvaguarda efetiva do direito à educação e à igualdade de oportunidades no acesso à escolaridade, bem como a promoção de medidas que visem o empenho e o sucesso escolares, a prossecução integral dos objetivos dos referidos projetos educativos, incluindo os de integração sociocultural, e o desenvolvimento de uma cultura de cidadania capaz de fomentar os valores da pessoa humana, da democracia e exercício responsável da liberdade individual e do cumprimento dos direitos e deveres que lhe estão associados.

Artigo 127. ° Responsabilidade dos alunos

1. Os alunos são responsáveis, em termos adequados à sua idade e capacidade de discernimento, pelo exercício dos direitos e pelo cumprimento dos deveres que lhe são

outorgados pelo Estatuto do aluno, pelo regulamento interno do Colégio e pelas demais legislações aplicáveis.

Artigo 128. ° Deveres gerais dos alunos

A realização de uma escolaridade bem-sucedida, numa perspetiva de formação integral do cidadão, implica a responsabilização do aluno, enquanto elemento nuclear da comunidade educativa e tem o dever de: 1. Ser responsável, em termos adequados à sua idade e capacidade de discernimento, pelos direitos e deveres que lhes são conferidos pelo presente RI e demais legislações aplicáveis.

Secção II Direitos dos alunos Artigo 129. ° Valores nacionais e cultura de cidadania

No desenvolvimento dos princípios do Estado de direito democrático e de uma cultura de cidadania capaz de fomentar os valores da dignidade da pessoa humana, da democracia, do exercício responsável, da liberdade individual e da identidade nacional, o aluno tem o direito e o dever de conhecer e respeitar ativamente os valores e os princípios fundamentais inscritos na Constituição da República Portuguesa

Artigo 130. ° Papel especial dos professores

Os professores, enquanto principais responsáveis pela condução do processo de ensino, devem promover medidas de carácter pedagógico que estimulem o harmonioso desenvolvimento da educação, em ambiente de ordem e disciplina nas atividades na sala de aula e no Colégio. 2. O diretor de turma, professor titular de turma ou educador, enquanto coordenador do plano de trabalho da turma, é o principal responsável pela adoção de medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um bom ambiente educativo, competindo-lhe articular a intervenção dos professores da turma e dos pais ou encarregados de educação e colaborar com estes no sentido de prevenir e resolver problemas comportamentais ou de aprendizagem.

Artigo 132. ° Responsabilidade dos pais ou encarregados de educação

1. Aos pais ou encarregados de educação incumbe uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder –dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos no interesse destes e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos mesmos.

A Formação Cívica pretende o desenvolver a consciência cívica dos alunos, como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e coletiva, na vida da turma, da escola e da comunidade. O trabalho a desenvolver no âmbito da Formação Cívica não deve ser entendido como um acréscimo de conteúdos uma vez que esta área permite o cruzamento dos mesmos com uma dimensão humana e social.

Esta área é trabalhada de forma interdisciplinar e transversal. Cada diretor de turma planifica atividades de acordo com o ano de escolaridade que leciona onde se enfatiza:

O treino de competências com vista ao exercício da cidadania e a promoção de regras de convivência e a prática do respeito mútuo;

- A proposta de momentos de reflexão conjunta sobre a escola e a comunidade em que esta está inserida;
- A necessidade de reconhecer na escola o grande laboratório do exercício da cidadania
- O fomentar de situações em que os alunos se expressem e tomem decisões baseadas nos valores de solidariedade e respeito pela diferença.
- O contributo para a formação de cidadãos autónomos, interventivos e civicamente responsáveis.
- A necessidade de se desenvolver o espírito crítico proporcionando situações de expressão e de opinião, de tomada de decisão com respeito pelos valores da liberdade e da democracia;
- A capacidade de dotar os alunos de competências que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao seu bem-estar físico, social e mental;
- A valorização da(s) cultura(s) e o fomento da descoberta e o gosto pelas tradições e pelo património;
- A necessidade da aquisição de conhecimentos para a compreensão do funcionamento da sociedade e das instituições.

Caraterização do grupo

A turma é do 4º do 1ºCEB, constituída por 22 crianças, 14 de sexo masculino e 8 do sexo feminino. A faixa etária predominante são os 9 e 10 anos, sendo que nunca houve uma retenção, são um grupo heterogéneo no que concerne às aprendizagens e aos comportamentos, mas de fazer notar que são crianças bastante inteligentes, muito curiosas e autónomas. São crianças que gostam de conversar, de partilhar as suas histórias. Por vezes têm dificuldade em ouvir e aceitar a opinião do outro, o que as torna um pouco egocêntricas. Gostam de trabalhar em grupo, e conseguem trabalhar cooperativamente facilitando o processo de aprendizagem. Sabem ajudar o outro, dão importância à solidariedade. São capazes de corresponder a desafios lançados, e de dar soluções. São um grupo que se defendem uns aos outros, dando importância ao valor da amizade.

PARTE III- METODOLOGIA

Aqui, apresenta-se a metodologia de trabalho, de natureza mista e de que forma foi efetuada. A recolha e o tratamento de dados serão realizados por contextos. Primeiramente o contexto de educação pré-escolar, e depois o contexto de 1º ciclo do ensino básico.

A escolha metodológica de investigação é natureza mista, de dois contextos específicos, mobilizando-se estratégias e técnicas de investigação de carácter qualitativo e quantitativo.

Na investigação será feita uma análise mais intensiva tanto em amplitude como em profundidade, utilizando todas as técnicas disponíveis, face a dois contextos particulares. Esta orientação metodológica, permite obter uma compreensão profunda do fenómeno ou de uma determinada situação social. Estuda um ou poucos casos individuais, mas de um modo profundo e global. Baseia-se na compreensão íntima da realidade e no sentido que os sujeitos dão a essa mesma realidade. É adequado para ter acesso ao mundo da vida dos indivíduos.

Este trabalho não tem a intenção de se constituir enquanto estudo comparativo, mas antes, uma reflexão da temática de investigação nos diferentes contextos de prática supervisionada, e recrutando diferentes instrumentos da prática que permitem a reflexão em torno das questões lançadas.

Mobilizaram-se as seguintes técnicas de recolha e tratamento de dados:

- Entrevistas com pessoas que tenham estado relacionadas com a instituição, a educadores/as e professores/as, crianças e encarregados de educação para compreender o modo como a criança participa na família.
- Observações diretas sistemáticas nas instituições, mobilizando esses registos para a análise das questões de investigação.
- Análise de conteúdo dos registos existentes e das entrevistas.
- Inquéritos por questionário – aos pais das crianças do JI e às crianças de 1º ciclo

Contexto de Pré-Escolar

Recolha de Dados

Para a realização da investigação utilizei dois instrumentos de recolha de informação - uma entrevista à educadora cooperante, e o inquérito por questionário aos encarregados de educação.

A entrevista à educadora de infância tinha como principal objetivo conhecer a sua opinião em relação à temática da importância da participação, se a promove e de que forma a promove. Conhecer a importância que a educadora dá à relação escola-criança, criança- família, escola-família. Tudo isso foi possível de fazer através de uma agradável entrevista que se proporcionou. (Consultar anexo 3- Entrevista à educadora).

O inquérito por questionário (consultar anexo 4- Inquérito por questionário aos pais de JI) foi colocado aos 27 encarregados de educação da sala, em suporte papel, onde foi possível perceber numa perspetiva mais aprofundada face à importância da participação. O inquérito por questionário dividiu-se em 2 partes: a caracterização sociodemográfica, e a participação, sendo que a segunda parte se divide em 3: a participação da família na escola, a participação da criança na escola, e a participação da criança na família. Esta recolha de dados foi bastante positiva, no sentido de todos terem respondido, o que possibilita um estudo mais exato e consistente.

Para além disso, foi possível realizar registos de observação durante os períodos de prática supervisionada.

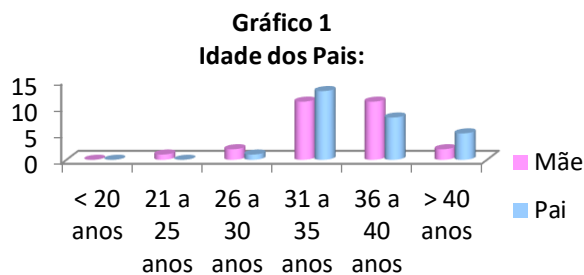
Bondioli, (2004, p.20) refere que cada ambiente educativo em particular caracteriza-se pela maneira como o grupo dos educadores, baseados nas próprias ideias em matéria educativa e valendo-se de práticas e estratégias consolidadas, utiliza os recursos disponíveis para tornar o ambiente da vida infantil sereno, estimulante e eficaz do ponto de vista educativo.

Tratamento de Dados

Análise dos inquéritos por questionário realizado aos encarregados de educação do contexto de JI (Instituição A).

Parte I- Caracterização Sociodemográfica

Através do gráfico 1, é possível verificar que a idade dos pais se concentra maioritariamente entre os 31 anos e 40, considerando-se assim um grupo de encarregados de educação de jovens adultos.

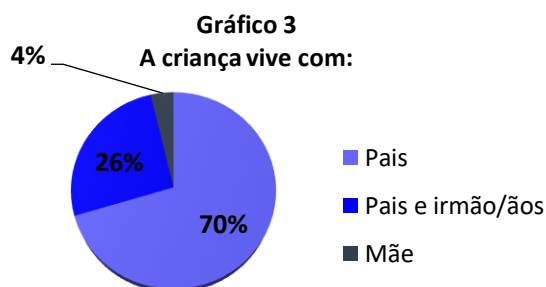


No gráfico 2, observa-se que há apenas uma criança que tem os pais divorciados.

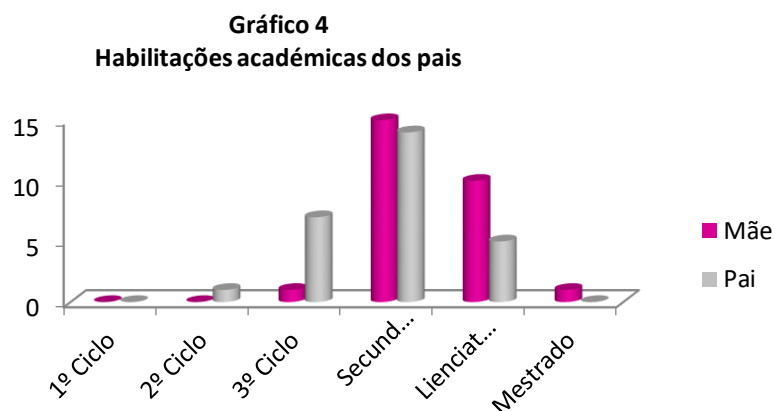


No gráfico 3, 19 crianças vivem só com os pais, 7 crianças vivem com os pais e irmão, e 1 criança vive com a mãe. Pode-se afirmar que todas as crianças têm uma família. Segundo a OMS (1994) o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção. Família é o grupo cujas relações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum".

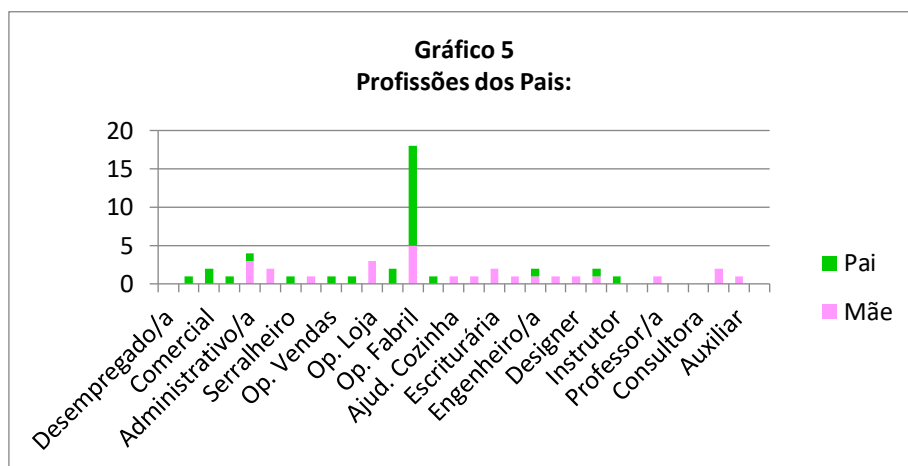
Sarmiento (2004), afirma que as crianças aprendem e desenvolvem-se bem na interação com pessoas que cuidam delas, que as amam, que as respeitam e lhes conferem segurança; pessoas atentas e sensíveis às suas particularidades, criando espaços equilibrados de estimulação, desafio, autonomia e responsabilidade; pessoas de referência na sua vida, como serão os familiares próximos bem como educadores e professores ao longo da infância.



No gráfico 4, os pais das crianças possuem maioritariamente o grau académico de ensino secundário e licenciatura.



No gráfico 5, é possível verificar que a profissão dominante é o operário/a fabril.



Parte II – A Importância da Participação

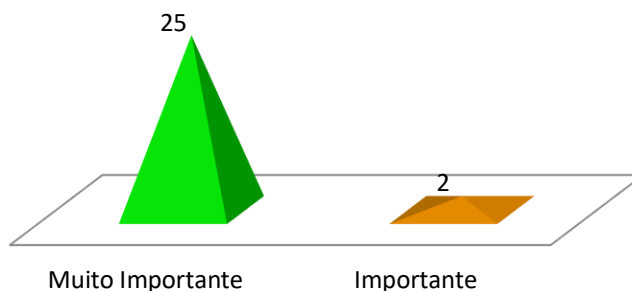
A Participação da Família na Escola

Todos os pais consideram que a equipa pedagógica da sala promove a participação da família no JI. No gráfico 6, está visível que os pais consideram importante a sua participação no JI. Exemplo dessa importância é o facto de participarem não apenas nas festas e reuniões, mas também em projetos educativos. Deste de projetos de sala, visitas de estudos, almoços/lanches partilhados. Logo, os profissionais de educação e famílias têm um papel ativo na educação das crianças, pois “esse papel e as regras que o regem precisam de ser negociadas, discutidas e construídas por todos os intervenientes” (Sarmiento e Marques, 2002, p.47).

O projeto educativo em que houve mais participação, estava intitulado como “Onde fica isto? Como é o mundo?”, este projeto de sala, teve um enorme impacto nas crianças, porque suguiu da curiosidade e do interesse delas. Na equipa educativa, pois, foram constantes acréscimos na construção de mais conhecimento. Em toda a instituição, as outras crianças queriam saber o que se fazia na sala amarela. E os encarregados de educação que estavam sempre representes. (Consultar anexo 5- Projeto da Sala Amarela).

Este projeto, teve uma dimensão tão grande e positiva, que houve crianças de outras salas como os mesmos interesses e curiosidades pelo tema, do qual surgiram projetos inspirados no da sala amarela. – É o exemplo de uma participação em transformação.

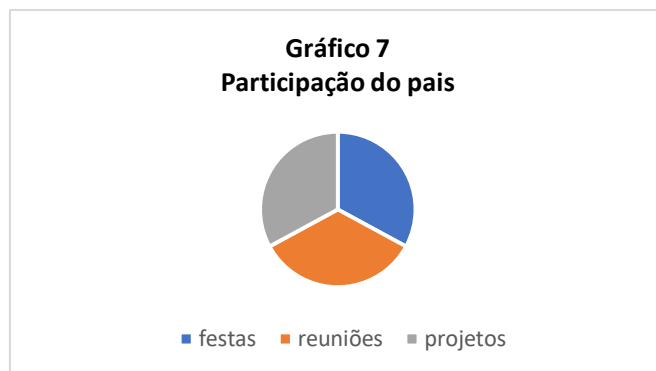
Gráfico 6
Participação da família em JI:



Há efetivamente, uma participação ativa neste grupo de pais no contexto educativo, através gráfico 7, verifica-se 26 pais participam em festas, reuniões, projetos educativos, apenas um pai participa apenas em reuniões por motivos de trabalho. Desta forma, a família é um meio fulcral para o desenvolvimento da criança, a relação de cooperação entre os dois sistemas contribui para que crianças valorizem a escola e sintam que a família também a valoriza. Segundo a educadora da sala, a família é fundamental também.

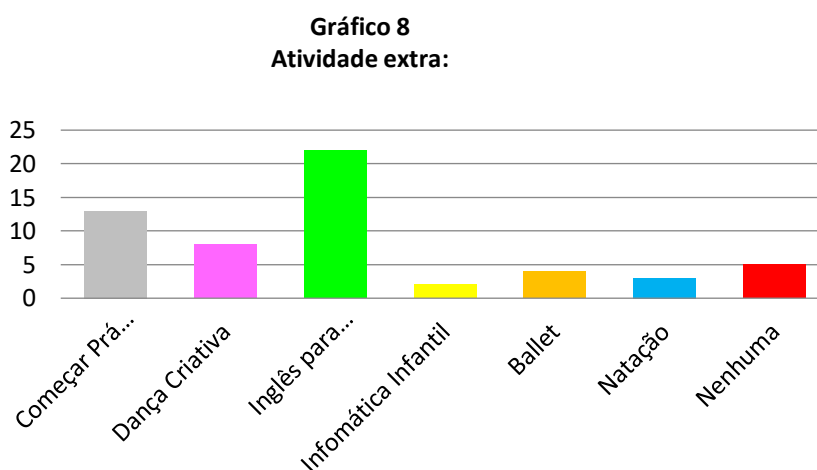
“A nossa escola valoriza muito a participação da família. Ao longo do ano surgem várias iniciativas, como por exemplo as festas, o dia da mãe, o dia do pai, o dia do pijama, festa de natal, e outras... isso promove a interação entre pais, educadores e filhos.”

Dada a importância da família para o desenvolvimento da criança, é fundamental que através das relações estabelecidas por meio da comunicação, haja uma relação de proximidade entre o jardim de infância e a família, visto que a criança passa a maioria do seu tempo na instituição educativa.



A participação da Criança no JI

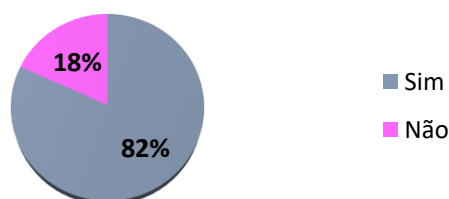
Todos os encarregados de educação afirmam que todas as crianças conversam em casa sobre o que se faz no JI. No gráfico 8, é observável que 5 crianças não participam em atividades extra, e é também visível que há crianças a participarem em mais que uma atividade extra.



No entanto pode ver-se no gráfico 9, que há 4 crianças não escolheram a atividade extra por vontade própria, mas sim por os pais decidiram que era interessante. A educadora da sala refere que por exemplo, na escolha das regras da nossa sala, no fundo, aquilo que se pretendeu foi que eles, não só participassem, mas que também se sentissem comprometidos com aquilo que estavam a dizer. Foi uma forma de os motivar a fazer.

“Essencialmente, dar importância à voz ativa da criança, que é o que temos vindo a fazer. O colar do responsável que trouxeste foi uma boa estratégia, e nós conseguimos ver isso quando vão ajudar a auxiliar educativa a pôr a mesa, arrumar as camas... Para eles isso é se sentirem mais responsáveis. O facto de lhes darmos a escolher as áreas para onde querem ir trabalhar, é importante eles poderem escolher... “

Gráfico 9
A criança escolheu a atividade extra:



Sarmento (2005) afirma "habitúamo-nos durante muito tempo a pensar nas crianças como seres passivos, destinatários da ação dos adultos, sem vontade, sem opinião, sem voz. A partir de uma determinada altura, o reconhecimento de que as crianças são atores sociais, ou seja, sujeitos com capacidade de ação e interpretação do que fazem, levou ao reconhecimento da necessidade, e mais que a necessidade, do direito, da criança em participar na vida coletiva. (p.22)

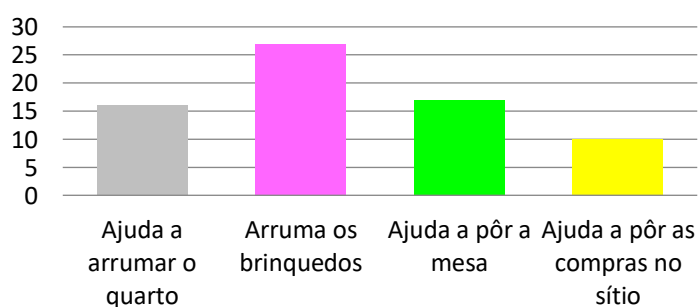
Através de observações, registou-se a opinião das crianças sobre o que gostou e não gostou de uma visita de estudo, e noutra situação o que que significava a mãe para eles. (Consultar anexo 6- Registo de opinião das crianças).

Essas informações foram expostas. A da visita foi exposta na exposição final. Os registos sobre a mãe, foram colocadas nos presente do dia da mãe.

A participação da Criança na Família

Todos os pais consideram importante a participação da criança na família. E todas as crianças participam em pelo menos uma atividade doméstica. No gráfico 10, verifica-se que todas a crianças arrumam os brinquedos, para além disso há crianças que participam noutras ajudas domésticas.

Gráfico 10
Atividades domésticas:



Os pais também consideram importante que as crianças reflitam e conversem sobre as suas aprendizagens. Dada a importância da família para o desenvolvimento da criança, é fundamental que através das relações estabelecidas por meio da comunicação, haja uma relação de proximidade entre o jardim de infância e a família, visto que a criança passa a maioria do seu tempo na instituição educativa.

A educadora também afirma que, as crianças têm um papel muito importante na sociedade, e também compete a nós adultos dar importância a isso.

“Se nós desenvolvermos esta capacidade desde cedo, mais facilmente eles vão ser mais participativos, enquanto adultos, enquanto pertencentes a um grupo.”

Na última questão que era de resposta livre, perguntou-se: Que atividades gostaria que o JI promovesse para estimular a sua participação e da criança o JI? Obteve-se respostas como por exemplo, “as atividades extra são um pouco caras”; “era interessante explorarem a horta que está abandonada”, “criar atividades que envolvessem as crianças de todas as salas”.

Desta forma, como tem vindo a ser referido a participação das crianças na vida do grupo permite-lhes tomar iniciativas e assumir responsabilidades, exprimir as suas opiniões e confrontá-las com as dos outros, numa primeira tomada de consciência de perspetivas e valores diferentes, que facilitam a compreensão do ponto de vista do outro e promovem atitudes de tolerância, compreensão e respeito pela diferença. É neste contexto que se desenvolve a educação para a cidadania, enquanto formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo. (ME, 2016, p.39)

Contexto de 1ºCEB

Neste contexto, mobilizaram-se os seguintes instrumentos de recolha de dados.

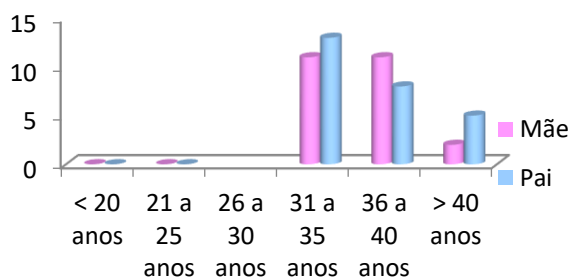
- Um inquérito por questionário aos alunos, uma vez que seria difícil serem os pais terem disponibilidade para a responder. (Consultar anexo 7- Inquérito por questionário aos alunos do 1ºCEB)
- Entrevista ao professor titular. Infelizmente não foi realizada pelo facto de o professor não apresentar o menor interesse em querer colaborar neste trabalho, apesar de inúmeras vezes que foi solicitado para tal. (Consultar anexo 8- Guião da entrevista ao professor titular)
- Observações no contexto de sala de aula.

PARTE I- Caracterização Sociodemográfica

De um total de 22 crianças, duas não responderam porque não estavam presentes.

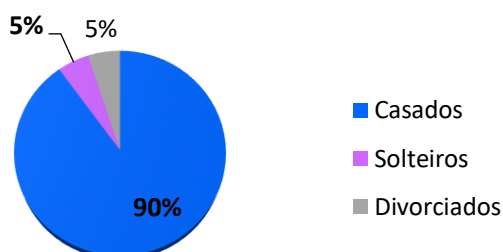
No gráfico 11, está representada a idade predominante dos pais. Pode considerar-se assim, que se trata de um grupo de jovens adultos entre os 30 e 40 anos.

Gráfico 11
Idade dos Pais



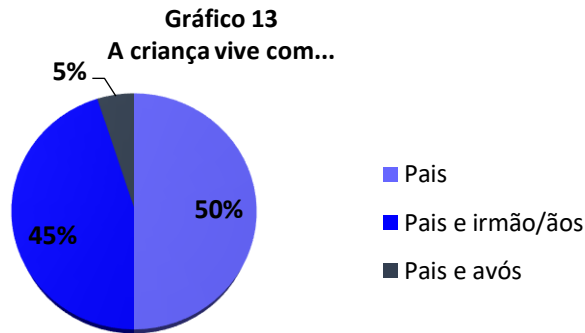
Através do gráfico 12, é visível que de todas as crianças há uma que tem os pais solteiros, e outra que tem os pais divorciados.

Gráfico 12
Estado Civil dos Pais

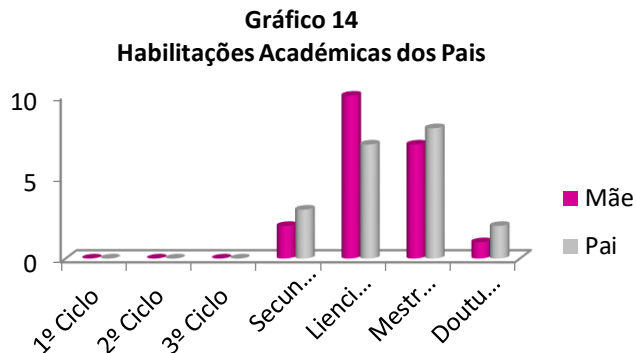


No gráfico 13 é possível afirmar-se que as crianças têm uma família. O núcleo familiar é, em poucas palavras, um conjunto de laços afetivos, económicas e sociais. Os vínculos de parentesco representam um aspeto formal da família, ou seja, é uma forma de entendê-la e estruturá-la em perfeita ordem.

A família é considerada uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social. O papel da família no desenvolvimento de cada indivíduo é de fundamental importância. É no seio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações.

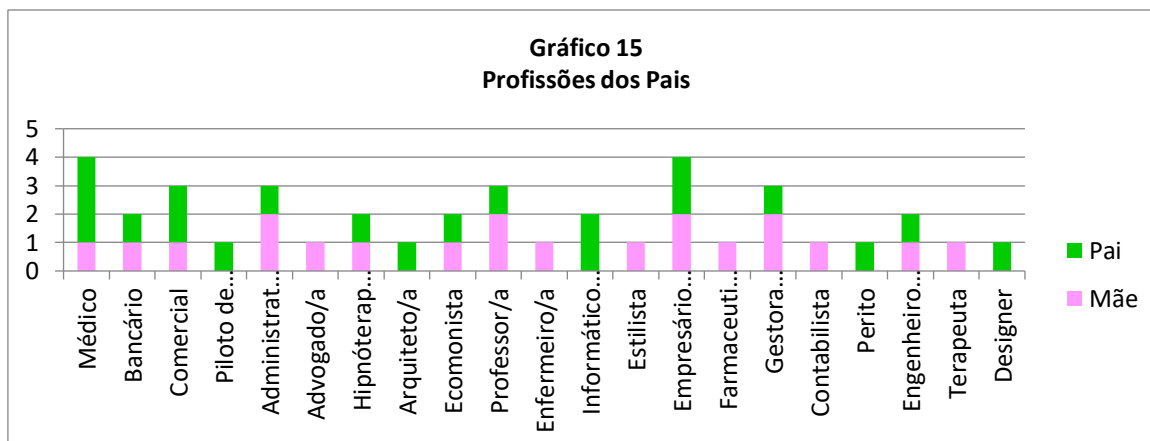


Com o gráfico 14, observa-se que grande parte dos pais possuem um grau académico de licenciatura e mestrado.



Desta forma pode-se verificar no gráfico 15, que as profissões dos pais são consideradas de elevado estatuto, comparativamente às profissões dos pais no contexto de pré-escola. Pode-se desta forma, perceber que quanto mais a formação académica, melhor serão os resultados a nível de empregabilidade. Segundo os novos dados da Pordata, base estatística da Fundação Francisco Manuel dos Santos, revelam que a formação superior também ajuda a encontrar trabalho. Segundo os números apresentados pelo *Jornal de Notícias*, a taxa de desemprego dos licenciados é menor do que a das pessoas que estudaram 12 anos ou menos. Tirar uma licenciatura faz diferença nos rendimentos obtidos. Em média, uma pessoa que tenha um curso superior ganha €17.557 por ano. Quem terminou o 12.º ano, recebe cerca de €11.398 anuais. Com o 9.º ano, o valor anual ronda os €8.596.

(Notícia da revista Sábado (2018) na integra: <https://www.sabado.pt/vida/detalhe/maior-formacao-profissional-compensa-no-salario-e-no-emprego>)



PARTE II – A PARTICIPAÇÃO

A Participação da Família na Escola

Todas as crianças consideram importante a participação dos pais na escola, e todas as crianças consideram que a equipa pedagógica da turma promove a participação da família na escola. No entanto há crianças que referem:

“Gostava que fosse obrigatório serem os pais a trazer-me à escola.”

“Podia haver mais dias como o open day.”

“Os meus pais quase nunca podem ir à escola porque estão a trabalhar.”

“Podia haver aulas de ginástica e dramática com os pais.”

Este inquérito por questionário foi colocado já depois do estágio, pois, o professor titular da turma referia que andavam bastante ocupados e sem disponibilidade. Não tendo, portanto, registo se houve alterações ao que foi analisado.

É reconhecido pelo Ministério da Educação (ME) a importância de ser promovido o contacto e cooperação entre família e as instituições escolares, na medida em que estes dois sistemas contribuem para a educação de cada criança, sendo fundamental a existência de uma relação próxima entre os dois (ME, 2016 p. 43).

Apesar disso, em duas reuniões de fim de período, só 10 pais estiveram presentes. Não se tendo verificado alguma alteração da 1ª reunião para a segunda. (Consultar anexo 9- Grelha de observação de reunião de pais 1ªCEB).

Os profissionais de educação e famílias têm um papel ativo na educação das crianças, pois “esse papel e as regras que o regem precisam de ser negociadas, discutidas e construídas por todos os intervenientes” (Sarmiento e Marques, 2002, p.47).

A participação da Criança na Escola

Todas as crianças participam em pelo menos uma atividade extra. E foram as próprias crianças que escolheram a atividade.

Cardoso (2016) os filhos só querem dizer “eu tenho direito à minha opinião” e há que respeitar isso, de forma serena. A ideia é poder discordar e treiná-los a defenderem os seus pontos de vista. Só consigo respeitar uma coisa quando a conheço e, além disso, é com o erro que se aprende. (p.63)

O artigo “Improve Child Development by Teaching Choice-Making” em 2014 publicado pelo College of Education + Human Development da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, aborda a tomada de decisão como um fator importante para o desenvolvimento infantil, uma vez que estimula a comunicação e a aprendizagem da criança.

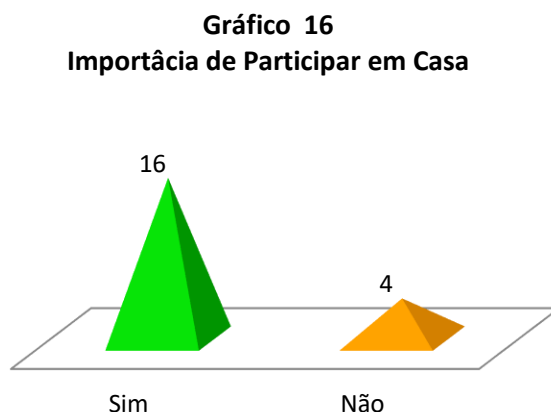
(Artigo disponível na íntegra em: <https://cehdvision2020.umn.edu/blog/improve-child-development/>).

Todas as crianças referem que falam em casa sobre o que fazem/acomete na escola. Ainda, consideram importante que seja feita uma reflexão sobre as suas aprendizagens. Numa entrevista à revista visão Cardoso (2016) refere que “Nenhuma criança consegue ter sucesso escolar se estiver triste ou deprimida e se a sua vida for só escola e estudo. Para viverem a cidadania as crianças precisam de ter equilíbrio emocional, reconhecer e gerir as suas emoções e perceber que o mundo não gira só à volta delas. São essas as bases da cidadania, que se aprende cedo na família: partilha de tarefas, respeito mútuo e regras. Caso contrário, a criança estranha que alguém lhe venha impor regras na escola quando os pais não o fazem. Ou têm dificuldade em dizer “não”.

(Entrevista disponível na íntegra em: <http://visao.sapo.pt/actualidade/sociedade/2016-09-11-Nenhuma-crianca-consegue-ter-sucesso-escolar-se-a-sua-vida-for-so-escola-e-estudo>).

A participação da Criança na Família

No gráfico 16, pode-se perceber que quatro crianças não acham importante participarem em casa.

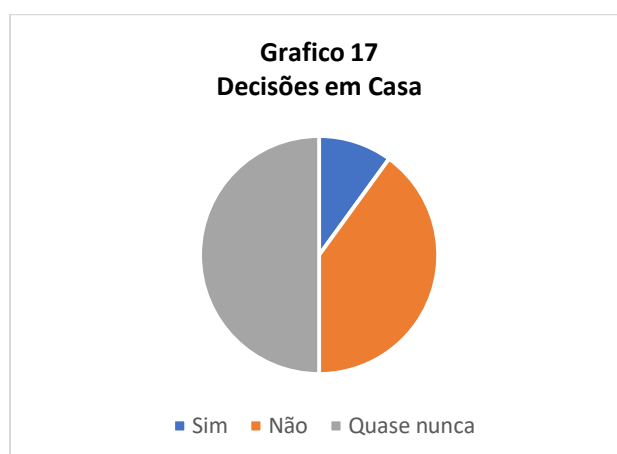


Fernandes (2005) afirma que as crianças dependem da família, quer para a satisfação das suas necessidades mais básicas, quer para a transmissão das normas e dos valores, que em cada época histórica e em cada contexto social e cultural, se considera serem os mais adequados para que a criança se integre na ordem social vigente (p.308).

Cardoso (2016) refere ainda na entrevista que “os adultos devem preocupar-se menos com o Ter e ensinar a criança a Ser. Colocá-la em contacto com desportos, artes, museus, voluntariado. Se o modelo de ensino for orientado só para a competição, quando os jovens entrarem no mercado de trabalho não sabem cooperar.”

Pelo menos uma criança refere que não ajuda a fazer nada em casa.

Na penúltima questão colocadas aos alunos. Sobre a tomada de decisões em casa é observável no gráfico 17, que 10 alunos quase nunca tomam decisões, 8 não tomam, e apenas duas tomam decisões. Desta forma os adultos dever-se-iam preocupar com a importância de participarem em casa.



Para Thomas (2009), na participação infantil é necessário ter-se em linha de conta aquilo que as crianças querem e modo como querem, que nos pode dizer muito acerca das suas vidas e aspirações. É contraditório que as crianças afirmem que achem importante que a participação delas na família, e depois, mas de 50% não tomam decisões em casa. Faltou questionar se isto acontece porque elas não dão importância à tomada de decisão, ou são os pais que interferem. Sarmiento e Marques (2006) defendem a importância de dar voz às crianças.

Os alunos de 1^oCEB na disciplina Projetos A+ tiveram a oportunidade de escolher um tema para trabalharem. O tema selecionado foi a solidariedade, onde as crianças realizam várias pesquisas relacionadas com a temática. Das instituições de solidariedade social do Porto, escolheram três, para conhecer melhor e arranjam estratégias para ajudar essas instituições.

Parte IV- Conclusão

Nesta parte do trabalho apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos.

Ao longo deste trabalho são visíveis os vários autores que defendem a importância da participação da criança. Esta investigação pretendeu perceber de que forma a relação entre a criança, o contexto educativo e as famílias visam dar importância à participação da criança.

Permitiu perceber que as crianças, os Encarregados de Educação e os profissionais de educação estão de acordo quanto ao facto de reconhecerem a importância da participação. Apesar, de como já foi referido, a não participação do professor titular.

É também importante que escola responda às necessidades e aos interesses das crianças e das famílias, fazendo consequentemente com que tenhamos pais mais responsáveis, informados e presentes. Contudo, é igualmente importante que as famílias tenham também um papel mais ativo na escola. É também importante perceber que a criança deveria ter um papel ativo e importante em casa. As crianças de 1ºCEB referem por exemplo que:

“Gostava que fosse obrigatório serem os pais a trazer-me à escola.”

“Podia haver mais dias como o open day.”

“Os meus pais quase nunca podem ir à escola porque estão a trabalhar.”

“Podia haver aulas de ginástica e dramática com os pais.”

Com afirmações, consegue-se perceber, que há crianças que necessitam de mais atenção por parte dos pais.

Os resultados obtidos foram de encontro à pergunta de partida desta investigação. Assim sendo, através dos resultados obtidos pode-se concluir que:

Os Encarregados de Educação e os profissionais de educação reconhecem a importância da participação nos contextos educativos; - Há o reconhecimento, mas não há a prática efetiva da participação.

- Existe uma boa relação entre a escola e a família, em ambas as instituições;
- Nas duas instituições, a iniciativa de participação parte sobretudo dos profissionais de educação;
- No contexto da Educação Pré-Escolar, os Encarregados de Educação são solicitados maioritariamente, para atividades realizadas no jardim de infância, enquanto que, no contexto do 1º Ciclo do Ensino Básico, são solicitados maioritariamente para atividades realizadas em casa, designadamente através dos trabalhos de casa;

- Em ambas as instituições, um dos obstáculos mais referidos é a incompatibilidade de horário devido aos “deveres” profissionais dos Encarregados de Educação;
- As instituições preocupam-se em fomentar a participação através dos documentos de regime de autonomia, administração e gestão;
- Será importante que as instituições implementem novas estratégias para a promoção da participação e do envolvimento das famílias;
- Será importante o adulto perceber que a criança desempenha um papel fundamental na sociedade.
- A comunicação entre os agentes educativos deverá ocorrer mais frequentemente.
- A prática de ensino supervisionada nas duas instituições permitiu ter o conhecimento prático dos acontecimentos sobre a temática de investigação, sendo a observação participante uma mais-valia para o relatório efetuado, assim como para o desenvolvimento a nível profissional.

Assim, e recuperando Tomás (2017), esta prática de estágio e respetiva reflexão teórica, reforçam a ideia da autora quando afirma que os direitos da criança necessitam ser (re)apropriados/as pelos/as profissionais de educação, na sua visão crítica, como um guia emancipatório das suas práticas pedagógicas. Longe de ser irrelevante, a forma como se perspetivam as crianças pequenas, a sua educação e os seus direitos é essencial na forma como se pensam as práticas pedagógicas, se identificam os problemas e se delineiam os caminhos para a sua transposição.

Do mesmo modo, e apesar da educadora salientar o carácter altamente participativo dos pais, a verdade é que essa participação se situa, frequentemente, em momentos esporádicos e menos relevantes do ponto de vista da instituição ou da própria prática pedagógica.

Sarmiento (2006) refere que a influência das crianças na vida dos adultos é uma realidade ainda que nem sempre estes tenham consciência imediata disso. A relação entre uma criança e um adulto consiste na relação entre dois seres humanos, com experiências de vida diferentes, com níveis de maturidade diversos. Como se tem vim a defender a importância da participação da criança na relação de contexto educativo e família, tem-se de pôr em visão a infância propriamente dita, mas também, e talvez sobretudo, o papel do adulto na infância.

Nós adultos frequentemente percebemos as crianças são a imagem do futuro ou como aqueles que podem fazer a diferença e transformação da nossa sociedade. É claro que elas serão responsáveis por tomar grandes decisões no amanhã. Mas é igualmente verdade que muitas vezes essa afirmação faz com que nos esqueçamos de suas necessidades, desejos e possibilidades de participação no agora.

Fernandes (2005) As crianças são um grupo social com um carácter permanente na sociedade. Têm um espaço e um tempo que, apesar das especificidades culturais, sociais, económicas, configuradoras de complexidades e dissemelhanças significativas entre os seus elementos, marcam uma etapa de vida para qualquer indivíduo, determinam também a organização de qualquer sociedade (p12).

Trata-se do presente e do futuro das crianças. Trata-se da educação de toda uma geração. Trata-se do tipo de sociedade que se constrói. Desejar-se-ia, uma participação enquanto exercício de cidadania ativa na intervenção no mundo, através da análise permanente da realidade e de uma ação cada vez mais consciente sobre ela.

Apesar de algumas limitações que surgiram, como por exemplo, gostaria de ter ouvido mais as crianças sobre as razões para a pouca participação, de ter a opinião do professor titular de 1ºCEB, de ter a opinião dos pais em 1ºCEB.

No entanto, importa referir a pertinência que este trabalho investigativo teve neste percurso. A realização deste trabalho permitiu acrescentar mais conhecimento sobre o que é a cidadania. Centrar-me neste tema fez-me ganhar mais consideração e respeito pelo que é a participação da criança. Tudo contribuiu para a minha formação, para que seja sempre uma profissional que respeite a criança, nos seus interesses e nos seus individualismos. Para que seja possível construir uma sociedade cada vez melhor.

Bibliografia

- ARETIO, L. (1989). La educacion teorias y conceptos- Perspectiva Integradora. Madrid: Paraninfo;
- CABANAS, J. M. Q. (2002). Teoria da Educação: Concepção antinômica da educação. Porto: Edições ASA.
- CANÁRIO, R. (2002). *O que é a Escola?*. Porto: Porto Editora
- CANDU, SACAVINO, MARANDINO, LUCINDA, KOFF, (1998). Sou uma criança e tenho direitos. Florianópolis EDITORA VOZES
- CARDOSO J. R. (2016). Este Ano Vais Ser o Melhor Aluno! - Bora Lá?. Lisboa: Editora Guerra & Paz
- COLAÇO, M. R. (1979). Esta crianças aqui. Lisboa: TERRA LIVRE
- COTRIM, G., PARISI, M. (1982). História e Filosofia da Educação. São Paulo: Saraiva
- COUTINHO, Â, S. e TOMÁS, C. (2018). O lugar das crianças de 0 a 3 anos nas políticas educacionais no Brasil e em Portugal in Laplage em Revista (Sorocaba), vol.4, pp.123-132
- DAVIES, D. et al. (1989). As escolas e as famílias em Portugal: realidades e perspectivas. Lisboa: Livros Horizonte
- Direção Geral de Educação (2012). Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/missao-e-atribuicoes>
- FERNANDES, N. (2005). Infância e direitos: participação das crianças nos contextos de vida: representações, práticas e poderes. Porto: Ed. Afrontamento
- Ferreira, H. (1995). A Escola, de Organização Participativa a Organização Participada – será um Projecto Possível?. Actas do V Colóquio Nacional da Secção Portuguesa da AIP ELF/AFIRSE, Lisboa: FPCE/UL., (p87.)
- Formosinho J. O. (2004). A criança na Sociedade Contemporânea. Lisboa: UNIVERSIDADE ABERTA
- FREIRE, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra
- GIMENO, A. (2003). A Família – O Desafio da Diversidade. Lisboa: Instituto Piaget
- <http://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/205/1/B3.pdf>
- <http://www.ciec-uminho.org/documentos/ebooks/2307/pdfs/2%20Inf%C3%A2ncia%20e%20cidadania/Cidania%20infantil%20e%20participa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20das%20crian%C3%A7as.pdf>
- <https://cehdvision2020.umn.edu/blog/improve-child-development/> publicado pelo College of Education + Human Development da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36755/1/A%20crian%C3%A7a%20cidad%C3%A3.pdf>

JOHNSON, B., ONWUEGBUZIE, A., e TURNER, L. (2007). Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, v1, pp.112-113

LANDCHEERE, G. (1983). Definir os objetivos da educação. Lisboa: Moraes Editores

LIMA, L. (2011). *A Escola Como Organização Educativa*. Porto: Porto Editora

MARCHI, R. de C. (2010). O “ofício de aluno” e o “ofício de criança”: articulações entre a sociologia da educação e a sociologia da infância. *Revista Portuguesa de Educação*, 2010, 23(1), pp. 183-202

ME, (2016). Orientações Curriculares para Educação Pré-Escolar
http://www.dge.mec.pt/ocepe/sites/default/files/Orientacoes_Curriculares.pdf

ME, (2017). Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória. Lisboa: Ministério da Educação

ME, (2013) Linhas orientadoras. Lisboa: Ministério da Educação

OCDE (2011), in UNESCO, 2007 Disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/58/>

ONU Convenção sobre os Direitos da Criança A Convenção sobre os Direitos da Criança Adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990.)

PERRENOUD, P. (1999). *Pedagogia Diferenciadas Das Intenções à Ação*. Artmed Editora

PORTUGAL, G. (2008). RELATÓRIO DO ESTUDO A Educação das Crianças dos 0 aos 12 Anos. Lisboa: CNE. Disponível em <http://www.cnedu.pt/content/antigo/files/pub/EducacaoCrianças/5-Relatorio.pdf>

SARMENTO, M. (2005). Crianças: educação, culturas e cidadania activa. Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. v. 23, n. 01, pp. 17-40,

SARMENTO, M. J. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade (pp 326-365.). In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Portugal: Asa Editores

SARMENTO, M. J. (2011). A reinvenção do ofício de criança e de aluno. In *ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO*, v. 6, n. 3, p. 581-602, set./dez. 2011

SARMENTO, M. J. (2012). *A criança cidadã: vias e encruzilhadas*, Imprópria. Política e pensamento crítico. UNIPOP.

SARMENTO, T. e MARQUES, J. (2006). A participação das crianças nas práticas de relação das famílias com as escolas. *INTERACÇÕES NO. 2*, pp. 59-86

SILVA, B., e CRAVEIRO, C. (2014). O portefólio como estratégia de avaliação das aprendizagens na educação de infância: considerações sobre a sua prática.

SILVA, V. e FIDELIS. C. (2010). A escuta da criança em uma autoavaliação institucional. Disponível em: [http://www.ciec-](http://www.ciec-uminho.org/documentos/ebooks/2307/pdfs/6%20Inf%C3%A2ncias%20e%20Pol%C3%ADticas%20Educacionais/A%20escuta%20da%20crian%C3%A7a%20em%20uma%20auto%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20institucional.pdf)

[uminho.org/documentos/ebooks/2307/pdfs/6%20Inf%C3%A2ncias%20e%20Pol%C3%ADticas%20Educacionais/A%20escuta%20da%20crian%C3%A7a%20em%20uma%20auto%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20institucional.pdf](http://www.ciec-uminho.org/documentos/ebooks/2307/pdfs/6%20Inf%C3%A2ncias%20e%20Pol%C3%ADticas%20Educacionais/A%20escuta%20da%20crian%C3%A7a%20em%20uma%20auto%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20institucional.pdf)

SPODEK, B. (2010). Manual de Investigação em Educação Infantil. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

SARMENTO, M.J., FERNANDES, N., TOMÁS, C. (2007). Políticas públicas e participação infantil. In Educação, Sociedade & Culturas, nº25, pp. 183-206

TOMÁS, C. (2017). Para além de uma visão dominante sobre as crianças pequenas: gramáticas críticas na educação de infância. In revista humanidades e inovação v.4, n. 1, pp.

TOMÁS, Catarina (2007). Paradigmas, imagens e conceções da infância em sociedades mediatizadas. In Media & Jornalismo, (11). 119-134

TREVISAN, G. (2011). Cidadania e participação: uma proposta de análise das competências de tomada de decisão das crianças na escola. In Atas do V Encontro do CIED – Escola e Comunidade Escola Superior de Educação de Lisboa.

TREVISAN, G. (2014) Cidadania infantil e participação política das crianças: interrogações a partir dos Estudos da Infância.

UNICEF. (1989). A Convenção sobre os Direitos das Crianças. UNICEF Portugal <https://www.unicef.pt/o-que-fazemos/o-nosso-trabalho-em-portugal/educacao-pelos-direitos-das-criancas/>

ZABALZA, M. A. (1996). Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed.

Documentos Institucionais A: Projeto educativo 2016/2019

Documentos Institucionais B: Projeto curricular 2015/2018

- **ENTREVISTAS**

Entrevista à revista visão de Jorge Rio Cardoso (2016) <http://visao.sapo.pt/actualidade/sociedade/2016-09-11-Nenhuma-crianca-consegue-ter-sucesso-escolar-se-a-sua-vida-for-so-escola-e-estudo>

Entrevista ao jornal público de Gabriela Trevisan (2015)

<https://www.publico.pt/2015/04/06/sociedade/entrevista/a-infancia-esta-privada-do-estatuto-de-cidadania-1691428>

- **LEGISLAÇÃO**

Decreto-Lei n.º 542/79, de 31 de dezembro de 1979

Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa

Decreto-Lei nº5/97, 10 de fevereiro

Despacho n.º 5048-B/2013

Anexos

- **Anexo 1- Rotinas JI**

As rotinas diárias desenvolvidas tinham sempre a mesma ordem como se observa na figura 1, no plano das rotinas diárias. De manhã as crianças são recebidas num espaço comum a todas as salas até às 9:00, onde podem ver televisão. No acolhimento, cantam os bons dias e habitualmente a educadora conversa com as crianças sobre algumas atividades e acontecimentos do dia anterior, e ainda sobre o que elas irão fazer a seguir. Assim, para além de promover um tempo de síntese da memória das crianças, também permite que elas deem a sua opinião e por vezes surgiam propostas, do que gostariam de fazer a seguir. Começando de seguida a atividade orientada / Atividades Livres nas várias áreas da Sala. No final, há um pequeno período dedicado apenas a toda a arrumação da sala.

Antes do momento de as crianças irem almoçar e depois do almoço, vão autonomamente à casa de banho fazer xixi e lavar as mãos, embora tenham sempre um adulto a observá-las, para o caso de precisarem de ajuda. Durante o almoço, entre as 11:30 e as 12:15, a equipa educativa da sala procura fomentar a autonomia das crianças para que estas comam sozinhas e utilizem corretamente os talheres específicos na refeição.

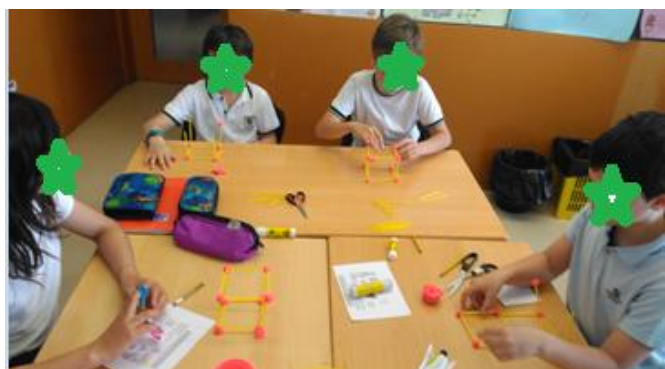
No final do almoço, as crianças ainda têm tempo para atividades livres na sala ou no espaço exterior. Às 12:45 começam pela higiene pessoal e descansam. O sono também é um momento importante do dia para as crianças, pois permite-lhes repousar e assim haverá um restabelecimento das suas energias: físicas e mentais. Quando acordam, há arrumação das suas camas e vestem as suas batas para começarem a atividade orientada. Por volta das 16:00 lancham e de seguida, têm novamente a atividade orientada e/ou atividades livres nas áreas da sala ou no espaço exterior. Terminando às 17:00, contudo, há atividades de prolongamento até às 19:00 mas isto é algo que os pais escolhem.

Rotina na da sala dos 4 anos:

HORÁRIO	ROTINA
7:30 às 9:00	Atividades de receção à criança
9:00 às 9:30	Acolhimento
9:30 às 11:15	Atividades orientadas/Trabalhar nas áreas da sala
11:15 às 11:30	Arrumação da sala/ recreio
11:30 às 12:20	Higiene pessoal e almoço
12:20 às 13:00	Atividades livres/ recreio
13:00 às 15:00	Descanso e higiene pessoal

15:00 às 16:00	Atividades orientadas/ trabalhar na sala
16:00 às 16:30	Lanche
16:30 às 17:00	Terminar trabalhos/ recreio
17:00 às 19:00	Atividades de prolongamento

- Anexo 2- Imagens de 1ºCEB



- **Anexo 3- Entrevista à educadora**

GUIÃO DE ENTREVISTA A EDUCADORA

TEMA	<ul style="list-style-type: none">• Cidadania da Infância: A importância da participação da criança em contexto educativo e familiar.
OBJETIVO GERAL	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer a opinião da educadora sobre a importância de participação das crianças para a cidadania.
OBJETIVOS ESPECIFICOS	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer :<ul style="list-style-type: none">-se considera importante a participação da criança e da família;-se considera importante a criança participar atividades familiares;-se promove a participação;-de que forma promove;-se sente dificuldade;-(entre outras)....

Uma vez informada dos objectivos e aceitando participar neste estudo, irá ser-lhe realizada uma entrevista que irá ser gravada e posteriormente transcrita assegurando sempre a confidencialidade e o anonimato dos dados colhidos.

Antes de começar a responder às questões, quero deixar o meu agradecimento pessoal pelo facto de ter aceite colaborar neste estudo. Os dados recolhidos serão alvo de uma análise de conteúdos com fins meramente académicos, garantindo-se a confidencialidade dos mesmos. Agradeço respostas coerentes e que manifestem as convicções do entrevistado.

Joana Azevedo

QUESTÕES:

1. **Idade:** 36
2. **Habilitações Académicas:** Licenciatura
3. **Anos de Serviço:** 12
4. **Na sua opinião qual deve ser o papel do educador face à temática a importância na participação?**
RESPOSTA: É primordial. O educador é que gere o trabalho de sala, portanto se o educador tiver em conta toda a importância que tem a participação da criança no trabalho da sala facilmente se conseguirá esse mesmo trabalho.
5. **Na sua opinião qual é o papel da criança no Jardim de Infância?**

RESPOSTA: O objetivo é que as crianças venham cá para aprender, para partilhar aprendizagens, que deem a sua opinião, que participem na escolha daquilo que vão fazer, do projeto que vão desenvolver na sala. É importante prestar atenção a cada um de forma individual apesar de ser um grupo de 4 anos, as crianças são todas diferentes.

6. E da família?

RESPOSTA: A família é fundamental também. A nossa escola valoriza muito a participação da família. Ao longo do ano surgem várias iniciativas, como por exemplo as festas, o dia da mãe, o dia do pai, o dia do pijama, festa de natal, e outras... isso promove a interação entre pais, educadores e filhos.

7. Considera importante a ligação que há entre escola-família na instituição? Porquê?
(respondeu na questão anterior)

8. Na sua opinião qual a importância da participação da criança?

RESPOSTA: As crianças têm um papel muito importante na sociedade, e também compete a nós adultos dar importância a isso. Se nós desenvolvermos esta capacidade desde cedo, mais facilmente eles vão ser mais participativos, enquanto adultos, enquanto pertencentes a um grupo.

9. Que estratégias utiliza para promover a participação das crianças? De que forma as promove?

RESPOSTA: Já falamos há bocadinho (eu e a educadora), por exemplo, na escolha das regras da nossa sala e no fundo, aquilo que se pretendeu foi que eles, não só participassem, mas que também se sentissem comprometidos com aquilo que estavam a dizer. Foi uma forma de os motivar a fazer. Essencialmente dar importância à voz ativa da criança, que é o que temos vindo a fazer. O colar do responsável que trouxe foi uma boa estratégia, e nós conseguimos ver isso quando vão ajudar a Beta a pôr a mesa, arrumar as camas, para eles isso é se sentirem mais responsáveis. O facto de lhes darmos a escolher as áreas para onde querem ir trabalhar...

10. Adequa esta prática a todas as crianças?

RESPOSTA: Sim, tento. Não faria sentido se fosse de outra forma.

11. Sente dificuldade em promover a participação ativa da criança? Quais as principais?

RESPOSTA: Sim, às vezes a falta de tempo, o número de crianças existentes na sala dificulta um bocadinho, pois há um outro trabalho que se tem de fazer, eu costumo chamar trabalho de secretaria que é importante, mas acaba por roubar um bocadinho de tempo direto com as crianças. E depois o facto de termos 27 crianças na sala, também acaba por ser um ponto contra, se tivéssemos 16 seria mais fácil de gerir. Eles querem todos falar, e às vezes é difícil eles ouvirem-se uns aos outros.

12. Considera importante as crianças refletirem e falarem sobre a sua aprendizagem? Em que medida essas reflexões contribuem para as aprendizagens das crianças?

RESPOSTA: Eu acho que sim. Isso ajuda a que elas se possam exprimir. Temos que se expõem facilmente, mas depois temos outras crianças mais tímidas. O elas refletirem em grupo, de conversarem ajuda no seu crescimento.

Entrevista realizada às 14h30, no dia 21 de junho de 2017, na sala da instituição.

- **Anexo 4- Inquérito por questionário aos pais de JI**

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS PAIS DE JI

No âmbito do trabalho de investigação da estagiária Joana Azevedo, cujo tema principal é a importância da participação da criança na escola e na família, e da família na escola. Pretendo conhecer o interesse e opinião dos encarregados de educação, através de um inquérito por questionário.

Antes de começar a responder às questões, quero deixar o meu agradecimento pessoal pelo facto de ter aceite colaborar neste estudo. Os dados recolhidos serão alvo de uma análise de conteúdos com fins meramente académicos, garantindo-se a confidencialidade dos mesmos.

Obrigada,

Joana Azevedo

PARTE I- Caracterização Sociodemográfica

1. Sexo (assinar com (x) quem está a responder ao questionário):
masculino feminino
2. Idade mãe:
3. Idade do pai:
4. Estado civil:
5. A criança vive com:
6. Habilitações académicas:

	Pai	Mãe
Não sabe ler/escrever		
Sabe ler e escrever sem grau		
Ensino primário (4ª classe)		
Ensino preparatório (6ª classe, ciclo preparatório)		
Ensino secundário unificado (9º ano, antigo 5º ano)		
Ensino secundário complementar (12º ano/propedêutico)		
Bacharelato		
Licenciatura		
Mestrado		

Doutoramento		
Não responde		

4. Profissão da mãe:

5. Profissão do pai:

PARTE II – A PARTICIPAÇÃO

A Participação da Família na Escola

1. Na sua opinião, a participação da família no jardim-de-infância é:

Muito importante	
Importante	
Pouco importante	
Nada importante	

2. Considera que a equipa pedagógica da sala amarela promove a participação da família no JI? Sim Não

3. Quais as atividades em que mais participa no JI?

Festas	
Reuniões	
Projetos	
Nenhuma	

A participação da Criança na Escola

4. A criança participa em alguma atividade extra?

Começar Prá Música	
Dança Criativa	
Inglês para Crianças	
Informática Infantil	
Ballet	
Natação	
Nenhuma	

5. Foi a criança quem escolheu a atividade extra? Sim Não

6. A criança conversa em casa sobre o que faz na escola? Sim Não

A participação da Criança na Família

7. Considera que é importante a participação da criança na família? Sim Não

8. A criança participa em algumas atividades domésticas? Sim Não

9. Se sim, quais?

Ajuda a arrumar o quarto	
Arruma os brinquedos	
Ajuda a pôr a mesa	
Ajuda a pôr as compras no sítio	
Outra:	

10. Considera importante as crianças refletirem e falarem sobre a sua aprendizagem?
Sim Não

11. Que atividades gostaria que o JI promovesse para estimular a sua participação e da criança o JI? (resposta livre)

• Anexo 5 – Projeto da Sala Amarela

Uma breve reflexão sobre as aprendizagens realizadas permite-nos identificar o contributo fundamental deste projeto no desenvolvimento pessoal e social da criança. Entre outros aspetos salientamos os valores e atitudes presentes nas afirmações das crianças, os momentos de interação vividos, a apropriação das regras, o conhecimento do outro e de si próprio, os momentos de participação democrática em grande grupo e também, o domínio de outro saber-fazer. A importância do trabalho partilhado representa uma importante aquisição pois “a participação democrática na vida do grupo permite construir uma autonomia coletiva que passa por uma organização social participada [...] vivências de valores democráticos, tais como a participação, a justiça, a responsabilização” (DEB, 2002, p.53).

Todas as atividades realizadas em parceria com a família contribuíram para o crescimento, desenvolvimento e construção de saberes das crianças. Pois elas progredem melhor se houver comunicação entre os meios em que vivem e parcerias entre pais e educadores, pois ambos têm como objetivo dar resposta às necessidades e interesses das crianças.

COMO SURTIU?

No Natal, o Pai Natal é do polo norte. ONDE FICA O POLO NORTE?

História menino de todas as cores? DE TODAS AS CORES COMO ASSIM?

Cantar os Reis... Onde moram os reis? E Jesus?

Fizemos o mapa - Explorar mapa mundo- se revir de registo do que se fez.

Ida ao teatro no gelo

Esquimós

Título: ONDE FICA ISTO? COMO É O MUNDO?

EUROPA	AMÉRICA	ÁSIA	ÁFRICA	OCEANIA
Portugal Hino Bandeiras Natas Racho Jogos tradicionais Fado	Brasil Sorvete Samba Capoeira Carnaval Índios Música do índiozinho Corroas de índios Caras pintadas Simetria com bandeira	Índia Hino Bandeira Colares indianos loga Chás Lenços Incensos Pinta vermelha na testa Buda	Música safari Animais selvagens História menina bonita do laço de fita Máscaras e colares africanos Kuduro kimzomba Música menina do cabelo crespo Histórias das frutas e provar frutas Dados de animais	Pinturas aborígenes Bumerangue

Itália Hino Bandeira Barretes dos cozinheiros História do Pinóquio com teatro de fantoches Carlo Collodi Luciano Pavarotti Mascaras de Veneza Pizza	EUA Hino Bandeira Monumentos Hip hop Cinema Hamburger Futebol americano Basquetebol	China Hino Bandeira Chapéus chineses Musica ching chang cheng Letras chinesas Teatro de sombras		
Espanha Hino Visita a Serralves Miró Pinturas inspiradas em Miró Tortilha	México Hino Bandeira Chapéus Maracas Pinhata	Rússia Matrioskas		
França Hino Bandeira Disney Torre Eiffel Croissants La Fontaine				

O QUE FORAM OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES?

Explicação com mapa da sala; Globo; Imagens de alguns navegadores (dramatização); Barco; Candeeiro antigo; Garrafa de vidro com lanterna lá dentro; Bússola; Baú com especiarias (ervas aromáticas; canela, café, pimenta, malagueta, cacau, açúcar, noz-moscada, entre outras...)



Música “Conquistador” dos da Vinci

Visita ao Museu dos Descobrimentos

PARTE FINAL

Exposição do Projeto

Apresentação às outras salas da instituição

Apresentação das Crianças aos Pais



- **Anexo 6- Registo da Opinião das Crianças**

Data: 18 de maio de 2017

Nome da Criança: Todas

Descrição: Depois da visita ao Museu dos Descobrimentos, as crianças disseram o que mais gostaram, e o que não gostaram.

O QUE MAIS GOSTEI E O QUE NÃO GOSTEI DA VISITA....

ADOLFO: “Gostei de tudo, foi uma grande aventura, não gostei só porque acabou muito rápido”

BEATRIZ: “Gostei de ver os animais”

BENEDITA: “Gostei de andar de barco, da chita e do leopardo”

CAMILA: “Gostei de andar de barco e de passar pelos países”

DANIELA: “Gostei da parte que tinha os animais. Dos canhões tive medo”

DAVID: “Gostei de andar de barco e dos animais”

DIANA: “Gostei de ver o pássaro a sério, os animais da selva”

DIEGO: “Gostei de ver o monstro e dos piratas”

DINIS: “Gostei de tudo, dos canhões e da selva”

DIOGO: “Gostei de tudo, dos canhões, de andar de barco, da gruta”

FRANCISCO PEREIRA: “Dos canhões, e da selva e da trovoada”

FRANCISCO CARVALHO: “Gostei de África, de ver os animais, e de ver os índios”

GABREIL: “Gostei de tudo”

GABRIELA: “Gostei de tudo, menos do túnel”

GONÇALO: “A parte mais emocionante para mim foi ver os animais em África”

GUSTAVO: “Gostei de ver os animais”

MARGARIDA OLIVEIRA: “Gostei do Brasil, da capoeira, dos animais da selva. Não gostei dos homens mortos”

MARGARIDA COSTA: “Gostei de andar de barco, dos animais e de andar de autocarro”

MARTIM: “Eu tive medo dos canhões”

MARIA: “Dos animais selvagens e de andar de barco”

MIGUEL: “Gostei dos canhões, e do Brasil”

MIRIAM: “Gostei dos animais e de andar de barco”

PEDRO: “Gostei dos canhões, faziam muito barulho”

RAFAEL FREITAS: “Gostei de ver a África e o Brasil”

SARA: “Gostei da gruta e de Macau”

SÉGIO: “Gostei de e andar de barco e dos canhões, mas tive um bocado de medo”

Data: 19 de abril de 2017

Nome da Criança: Todas

Descrição: Depois de ouvir uma história que falava sobre o amor de uma mãe, as crianças começaram a dizer em voz alta como era a sua mãe. Achei interessante registrar uma a uma para uma prenda do dia da mãe.

A MINHA MÃE É...

ADOLFO: “é bonita, brinca sempre comigo, é ótima cozinheira, fofa e amiga”

BEATRIZ: “é fofinha, dá-me colinho, leva-me a passear, é bonita, é amiga”

BENEDITA: “ela dá-me muitos beijinhos, quando a mãe não vai trabalhar fico com ela, a mãe põe-me creme nos braços, e bonita, deixa-me mexer nas pinturas dela”

CAMILA: “é meiga, é como uma bailarina, e boa cozinheira, é fofinha, é linda”

DANIELA: “é bonita, é fofinha, dá-me muitos mimos, leva-me a passear, brinca comigo”

DAVID: “eu gosto da minha mãe, é amiga, é bonita, é fofinha, é minha”

DIANA: “ela adora-me, ela é bonita, ela dá-me força para eu dormir sozinha, brinca comigo, e cozinha muito bem”

DIEGO: “a minha mãe é super, é amiga, brinca comigo, é bonita, é forte”

DINIS: “é linda, é corajosa, é fofinha, ela dá-me colinho fofinho, é boa a jogar futebol”

DIOGO: “ela brinca comigo, come pipocas comigo, é fofinha, é amiga, e trata bem de mim”

FRANCISCO PEREIRA: “é fofinha, cuida de mim, brinca comigo, é divertida, é um amor”

FRANCISCO CARVALHO: “é fofa, é amiga, é muito linda, brinca comigo, dá-me miminho”

GABREIL: “é amiga, faz-me comida boa, é trabalhadora, é linda, é forte”

GABRIELA: “brinca comigo, é fofinha, dá-me miminho, é minha amiga”

GONÇALO: “é muito gira, dá-me prendas, ela dorme comigo, é fofinha, ela não deixa ninguém fazer-me mal”

GUSTAVO: “é fofinha, é bonita, é amiga, faz piadas e é engraçada, e muito gira”

MARGARIDA OLIVEIRA: “brinca comigo, é boa cozinheira, é o meu amor, é muito fofinha”

MARGARIDA COSTA: “brinca comigo, é bonita, eu gosto da massa que ela faz para mim, é a melhor mãe, é amiga”

MARTIM: “é fofinha, é muito bonita, gosta de passear comigo, e jogar futebol comigo, faz comida boa”

MARIA: “faz boa comida, brinca comigo, dorme às vezes comigo na minha cama, a mãe mete-me bonita”

MIGUEL: “ela faz comer bom, é trabalhadora, é amiga, u sei que ela gosta de mim, é fofinha”

MIRIAM: “ela dá-me carinho, é minha amiga, leva-me a passear, é muito linda, e leva-me a casa do pai”

PEDRO: “é amiga, ela cuida de mim, ela brinca comigo, é bonita, faz bolos bons”

RAFAEL FREITAS: “é fofinha, é super mãe, é forte, é amiga, é bonita”

SARA: “ela dá-me maminhos, ela faz comida muito boa, vamos passear, é fofinha, é amiga”

SÉGIO: “ela faz comida boa, é muito linda, ela deixa-me ir para a cama dela, ela brinca comigo”

- **Anexo 7 – Inquérito por Questionário aos Alunos de 1ºCEB**

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

No âmbito do trabalho de investigação da estagiária Joana Azevedo, cujo tema principal é Cidadania da Infância: a importância da participação da criança na escola e na família, e da família na escola. Pretende conhecer o interesse e opinião dos alunos com quem realizou o seu estágio de supervisão pedagógica, através de um inquérito por questionário.

Antes de começarem a responder às questões, quero deixar o meu agradecimento pessoal pelo facto de teres aceite colaborar neste estudo. **Os dados recolhidos serão alvo de uma análise de conteúdos com fins meramente académicos, garantindo-se a confidencialidade dos mesmos.**

Obrigada,

Joana Azevedo

PARTE I- Caracterização Sociodemográfica

7. Sexo (assinar com (x) quem está a responder ao questionário):

masculino feminino

8. Idade mãe:

9. Idade do pai:

10. Estado civil dos pais:

11. A criança vive com:

12. Habilitações académicas dos pais:

	Pai	Mãe
Não sabe ler/escrever		
Sabe ler e escrever sem grau		
Ensino primário (4ª classe)		
Ensino preparatório (6ª classe, ciclo preparatório)		
Ensino secundário unificado (9º ano, antigo 5º ano)		
Ensino secundário complementar (12º ano)		
Bacharelato		

Licenciatura		
Mestrado		
Doutoramento		
Não responde		

4. Profissão da mãe:

5. Profissão do pai:

PARTE II – A PARTICIPAÇÃO

A Participação da Família na Escola

12. Na tua opinião, a participação da família na escola é:

Muito importante	
Importante	
Pouco importante	
Nada importante	

13. Consideras que a equipa pedagógica do 4º C promove a participação da família no colégio? Sim Não

14. Quais as atividades em que os teus pais participam mais na escola?

Festas	
Reuniões	
Nenhuma	
Se outra, qual?	

A participação da Criança na Escola

15. Participas em alguma atividade extraescolar? Sim Não

41. Qual? _____

16. Foste tu quem escolheu a atividade extra? Sim Não

17. Conversas em casa sobre o que fazes na escola? Sim Não

A participação da Criança na Família

18. Consideras que é importante a tua participação na família? Sim Não

19. Participas em algumas atividades domésticas? Sim Não

20. Se sim, quais?

Arrumar o meu quarto	
Arrumo os meus brinquedos	
Ajudo a pôr e a levantar a mesa	
Ajudo a pôr as compras no sítio	
Não ajudo em casa	
Outra:	

21. Consideras importante as crianças refletirem e falarem sobre a sua aprendizagem?
Sim Não

22. Tomo decisões em casa?

Sim

Não

Quase nunca

23. Que atividades gostarias que a escola promovesse para estimular a tua participação? E a dos teus pais e família? (resposta livre)

Obrigada pela tua ajuda 😊

- **Anexo 8- Guião da Entrevista Professor Titular**

QUESTÕES PARA PROFESSOR TITULAR DE TURMA

TEMA	<ul style="list-style-type: none">• Cidadania da Infância: A importância da participação da criança em contexto educativo e familiar.
OBJETIVO GERAL	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer a opinião do professor sobre a participação das crianças na família e na escola. E das famílias na escola.
OBJETIVOS ESPECIFICOS	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer:<ul style="list-style-type: none">-Se considera importante a participação da criança e da família na escola;-Se considera importante a criança participar atividades familiares;-Se promove a participação;-De que forma promove;-Se sente dificuldade;-(entre outras)....

Uma vez informado dos objetivos e ter aceite participar neste estudo, irá ser-lhe realizado questões. Assegurando sempre a confidencialidade e o anonimato dos dados recolhidos.

Antes de começar a responder às questões, quero deixar o meu agradecimento pessoal pelo facto de ter aceite colaborar neste estudo. **Os dados recolhidos serão alvo de uma análise de conteúdos com fins meramente académicos, garantindo-se a confidencialidade dos mesmos.** Agradeço respostas coerentes e que manifestem as convicções do entrevistado.

Obrigada,

Joana Azevedo

QUESTÕES:

1. Idade:

2. **Habilitações Acadêmicas:**
3. **Anos de Serviço:**
4. **Na sua opinião qual a importância da escola? Da criança? E da família?**
5. **Na sua opinião qual deve ser o papel do professor perante a participação das famílias na escola?**
6. **Na sua opinião qual é o papel da criança no 1ª Ciclo de CEB?**
7. **E da família na escola?**
8. **Sente dificuldade em promover a participação ativa das famílias? Se sim, quais as principais dificuldades?**
9. **Considera importante a ligação que há entre escola-família na instituição? Porquê?**
10. **Na sua opinião qual a importância da participação da criança em casa?**
11. **Que estratégias utiliza para promover a participação das crianças, na escola? De que forma as promove?**
12. **Adequa esta prática a todas as crianças?**
13. **Sente dificuldade em promover a participação ativa da criança? Se sim, quais as principais dificuldades?**
14. **Considera importante as crianças refletirem e falarem sobre a sua aprendizagem?**
15. **Em que medida essas reflexões contribuem para as aprendizagens das crianças?**

- **Anexo 9- Grelha de observação de reunião de pais no 1ºCEB**
(elaborada pela estudante)

1ªReunião	Sim	Não	Nem sempre
Todos os pais foram convocados?	X		
Todos os elementos estiveram presentes?		X	
Todos tiveram oportunidade de participar?			X apenas no final da reunião
Foram tratados todos os assuntos?		X	
O tempo foi suficiente?		X	
Foram pontuais?		X	
Mostraram interesse?	X		

2ªReunião	Sim	Não	Nem sempre
Todos os pais foram convocados?	X		
Todos os elementos estiveram presentes?		X	
Todos tiveram oportunidade de participar?			X apenas no final da reunião
Foram tratados todos os assuntos?		X	
O tempo foi suficiente?		X	
Foram pontuais?		X	
Mostraram interesse?	X		